

Astronaut in space, floating against a backdrop of Earth's horizon and a bright blue light streak. The astronaut is wearing a white spacesuit with a large helmet and various equipment. The Earth's horizon is visible in the background, with a bright blue light streak curving across the top right.

Revista digital EXPOJUD

Agosto 2020

Edição 1 - Ano 1

FUTUROS POSSÍVEIS PARA O ECOSSISTEMA DA JUSTIÇA

Futurista Jacques Barcia alerta: instituições devem pensar no longo prazo para tomar decisões estratégicas e “influenciar futuros” P.05

A DECISÃO JUDICIAL DE UM ROBÔ PODE SER JUSTA? IMPACTOS E REFLEXÕES SOBRE USO DA IA EM JULGAMENTOS P.13

O QUE É SER “ANTICARREIRA”? EMPREENDEDOR JOSEPH TEPERMAN PROPÕE NOVA FORMA DE ENXERGAR O TRABALHO P.18

LUÍS ROBERTO BARROSO: PARA MINISTRO DO STF, O ALGORITMO VEM SE TORNANDO O CONCEITO MAIS IMPORTANTE DA NOSSA ÉPOCA P.04

Futuro possíveis para a Justiça?

ARQUIVO PESSOAL



Ademir Piccoli

Ademir Piccoli
Advogado, ativista da inovação e CEO do Judiciário Exponencial

Nesta edição de lançamento da Revista Digital Expojud, o destaque de capa traz um questionamento sobre futuros possíveis, pergunta que reflete a principal dúvida sobre este impensável ano de 2020. As instituições do Ecossistema de Justiça, que vêm colocando a inovação em pauta nos últimos anos e trabalhando fortemente para acelerar o processo de transformação digital, passaram por uma disrupção forçada. O resultado foi que, em poucos meses, elas evoluíram, em termos de adoção tecnológica, o que não haviam progredido nos últimos anos. As áreas de tecnologia responderam rapidamente ao desafio de colocar as pessoas em trabalho remoto. E a Justiça não só não parou, como está trabalhando com altos índices de produtividade.

Pensar em futuros possíveis é refletir sobre como será a Justiça no “novo normal”, e quais serão os desafios que devem surgir no nosso dia a dia daqui para frente. O futuro foi antecipado não só para a Justiça, mas para organizações de todos os portes e segmentos, no mundo inteiro, assim como para a sociedade em geral.

Acredito que este momento é muito oportuno para o lançamento desta revista, que tangibiliza todas as iniciativas que o Judiciário Exponencial vem desenvolvendo atualmente, quando também estamos redesenhando nossa forma de atuação para seguirmos com o propósito de ajudar a preparar as instituições e as pessoas para a Justiça do futuro.

Temos atuado em quatro frentes: realizamos momentos que fomentam a troca de conhecimentos, em congressos como o Expojud; temos um time de

conteúdo que acompanha as principais tendências de inovação e tecnologia; promovemos iniciativas voltadas à educação, além de manter nossa consultoria para inovação. Desde abril deste ano, estamos concentrando os novos conteúdos digitais no nosso canal do YouTube, nas redes sociais do Judiciário Exponencial, e agora também teremos mais esta revista, que será bimestral e consolidará os principais destaques do segmento. E muito mais ainda está por vir, nos próximos meses, para os que permanecerem conectados conosco.

No meu papel de curador do Expojud e como CEO do Judiciário Exponencial, entendo que neste mundo dinâmico é preciso olhar à frente e imaginar novas oportunidades para transformar. Assim, a Revista Expojud e todas as iniciativas do Judiciário Exponencial estão sendo planejadas para que as pessoas consigam se inspirar nos cases de transformação das instituições do Ecossistema de Justiça, a fim de imaginar futuros possíveis para suas atividades, e para que também busquem tornar-se agentes de transformação desse movimento.

Nesta primeira edição, você vai encontrar a cobertura completa do Expojud Online, realizado em junho de 2020, para o qual revisamos os conteúdos e fizemos a curadoria dos temas mais atualizados e adequados para este momento de pandemia.

Além do tema já mencionado, sobre os cenários pós-pandemia e futuros possíveis para a Justiça, apresentamos todo um vasto conteúdo. Em sua palestra de abertura, o ministro do STF e presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, falou sobre o revolucionário “admirável mundo novo” da Tecnologia da

Informação na nova economia em que vivemos (p. 4).

Os impactos e as potencialidades do uso da Inteligência Artificial (IA), por sua vez, foram debatidos por Nivio Ziviani, professor emérito da UFMG, e por Samuel Meira Brasil Júnior, desembargador do TJES e presidente do TRE-ES (p.13).

Já a importância do empreendedorismo ou do intraempreendedorismo como atitude para a transformação da Justiça foi abordada nas palestras de Joseph Teperman, empreendedor e anticarreira (p. 18), e de Marco Bruno Miranda Clementino, juiz federal da JFRN (p. 22).

Também estiveram em pauta a ciência de dados, a inovação, o design, a criatividade, a segurança da informação e a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Nesta edição inaugural, portanto, apresentamos os principais destaques desse rico conteúdo. Que ele possa ser aproveitado ao máximo para a transformação do futuro de todas as instituições no âmbito do Ecossistema de Justiça.

Sumário

4

SEÇÃO 1
FUTUROS POSSÍVEIS PARA
O ECOSISTEMA DA JUSTIÇA

11

SEÇÃO 2
A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
COMO ALIADA DA JUSTIÇA

18

SEÇÃO 3
PORTAS ABERTAS
PARA A INOVAÇÃO

25

SEÇÃO 4
TECNOLOGIAS PARA
A TRANSFORMAÇÃO

33

SEÇÃO 5
TELETRABALHO E
VIDEOCONFERÊNCIA A
FAVOR DA JUSTIÇA

38

SEÇÃO 6
EM LINHA COM A
TRANSFORMAÇÃO: NOVAS
LEIS E ESTRATÉGIAS

Apresentação

Esta revista digital foi produzida a partir da cobertura das palestras realizadas durante o Expojud Online – Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito para o Ecosistema de Justiça, realizado de 2 a 4 de junho de 2020 e 100% on-line, em decorrência das adaptações necessárias por conta da pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Mais de 5 mil inscritos acompanharam virtualmente debates e apresentações de cerca de 60 palestrantes, entre eles ministros, juizes, desembargadores, promotores, CIOs de tribunais, advogados, especialistas e representantes de empresas. Todos tiveram a missão de trocar experiências e debater as melhores formas de inovar no Ecosistema da Justiça, em um mundo em constante transformação, como a experiência da pandemia nos deixou ainda mais claro.

Nesta publicação, trazemos os destaques de todas as palestras ocorridas nos três dias do evento. Para quem quiser se aprofundar ainda mais, as apresentações do congresso, além de outros conteúdos, estão disponíveis no canal do Judiciário Exponencial, realizador do Expojud, no YouTube.

Na nova economia em que vivemos, a principal fonte de riqueza passou a ser a inovação, o conhecimento, a propriedade intelectual, salientou Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em sua palestra na abertura oficial do ExpoJud Digital. “Algoritmo vai se tornando o conceito mais importante da nossa época”, declarou, em meio a diversas preocupações das múltiplas crises que enfrentamos na atualidade, como sanitária, econômica e política.

Em fala que abriu com chave de ouro o evento, o ministro ressaltou que a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) fez com que todas as nossas preocupações anteriores fossem substituídas por outras, completamente novas. Todavia, observou que o cenário também impulsionou o uso de novas tecnologias. “Subitamente, a vida passou a ser vivida por videoconferências.” Tal temática foi amplamente abordada ao longo de todo o evento. Juízes, diretores e gestores da área de Tecnologia da Informação das instituições participantes relataram diversos *cases* de adaptação.

Admirável mundo novo

Para Barroso, há algo de muito revolucionário e extraordinário acontecendo: inovações tecnológicas e avanços criam o “admirável mundo novo” da Tecnologia da Informação, bio e nanotecnologia, impressão 3D, computação quântica, carros autônomos e Internet das Coisas.

Esse contexto fez incorporarmos novos vocabulários às nossas vidas. Palavras como Google, Windows, Mac, WhatsApp, Telegram, Uber, Dropbox, Skype, Facebook, Twitter, Amazon, Netflix, YouTube, e Tinder, entre outras, passaram a ser comuns. Ressaltou também que as empresas mais valiosas do mundo hoje são as de tecnologia, dados e inovação.

Quem controla quem?

“Vivemos os fascínios dessa incipiente ou iniciante quarta revolução industrial, com as potencialidades da Inteligência

“ Disse o ministro

ALGORITMO VAI SE
TORNANDO O CONCEITO
MAIS IMPORTANTE DA
NOSSA ÉPOCA”

BARROSO



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

Artificial”, afirmou. No fundo, o grande debate com relação à IA é que se trata de uma inteligência que ainda não tem capacidade de fazer juízos éticos próprios. “A grande questão no final do dia é: quem controla quem?”, questionou.

Evidentemente, não passamos por transformações profundas sem que haja riscos e ameaças, frisou, destacando preocupações como: a divulgação de “mentiras convenientes” que comprometem relações sociais e a liberdade de expressão; avanços da biotecnologia e a mani-

pulação genética de um “super homem”, o que pode potencializar a desigualdade no mundo; e o respeito ao direito à privacidade das pessoas, discutido em leis de proteção de dados no mundo e no Brasil.

Barroso salientou ainda que, em um mundo em que já se fala em imortalidade e em colonizar o espaço, é importante sabermos os grandes valores da humanidade. Citou o bem, a justiça e o respeito ao próximo como pressupostos à emancipação das pessoas e à proteção da dignidade humana.

Questões mais profundas do que a crise do coronavírus (Covid-19) devem nos esperar ao longo desta década e isso pode trazer dilemas de difícil solução para todos os setores, portanto, é importante olhar para elas. Foi esse o alerta do futurista Jacques Barcia na palestra “Futuros possíveis! Quais os cenários pós-pandemia e o impacto na Justiça?” (02/06, Palco Principal). É importante pensarmos no longo prazo para “influenciar futuros”, observou.

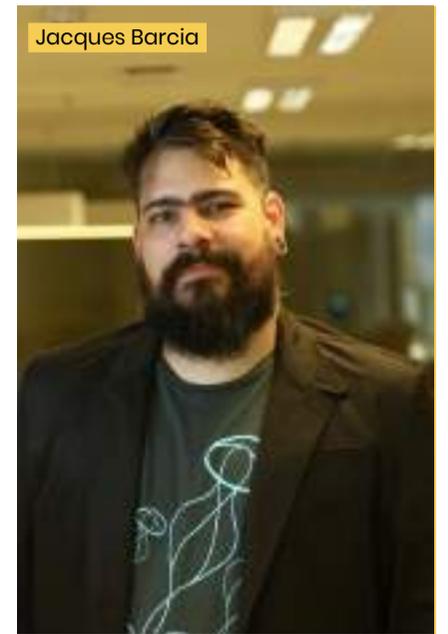
Barcia fez questão de desmistificar a função de um futurista: não se trata de prever o futuro, e sim de ajudar organizações e pessoas a identificar as mudanças no mundo enquanto elas ainda estão incipientes. É descortinar e detectar transformações sistêmicas enquanto ainda são quase imperceptíveis ou muito pequenas. A partir da compreensão dessas transformações, futuristas ajudam organizações a “influenciar futuros” de forma ativa, ou seja, a criar visões e estratégias para evitar que malefícios para a sociedade como um todo aconteçam.

Embora tais transformações ainda estejam muito longe de chegar ao cotidiano das pessoas, quando chegarem de fato e fizerem parte da rotina da maioria, em dez, 15 ou 50 anos, o mundo será diferente. “A gente ajuda a detectar e criar sentido sobre os impactos de longo prazo dessas transformações em determinado setor de certa empresa”, salientou.

“INFLUENCIANDO O FUTURO” COMO UM FUTURISTA PODE NOS AJUDAR?



ARQUIVO PESSOAL



A Covid-19 já era esperada

Muitos pensam que a Covid-19 foi algo inesperado, disse. Porém, diferentemente do que imaginamos, embora tenha provocado uma mudança repentina e extrema, essa doença já era, sim, esperada. Estudos governamentais, de órgãos de defesa e das Nações Unidas apontavam para possíveis cenários de uma pandemia potencialmente letal que se disseminaria pela hiper mobilidade urbana e global. Houve, portanto, falha do lado dos futuristas na comunicação e da governança, em preparo.

“Nosso momento é de alerta vermelho”, enfatizou. “O que vamos fazer a partir disso? A Covid-19 é só o começo.” Ele detalha que materiais de futuristas apontam principalmente para o que é chamado de sinais fracos, como pequenas inovações que têm potencial de ruptura muito grande, com inovações tecnológicas, mas também sociais.

Há outros alertas para os quais não temos nos preparado, como as mudanças climáticas e os conflitos que a geração mais nova vai gerar em oposição à mais antiga. “Temos avisado que estamos em momento de ruptura, e a década da ruptura chegou.”

TECHWORDS: OS NEOLOGISMOS QUE NOS ACOMPANHARÃO NA PRÓXIMA DÉCADA



Enquanto o ministro Luís Roberto Barroso (STF e TSE) citou em sua palestra palavras que já mudaram nossa vida e foram incorporadas ao nosso vocabulário, como Google, WhatsApp, Uber e Netflix, Roger Antonio Finger, Head de Inovação e Novas Tecnologias da Positivo Tecnologia, apresentou em sua fala (02/06, Palco 2) as “palavras do amanhã.”

As *techwords* são neologismos que devem nos acompanhar e trazer mudanças ao longo da próxima década. O executivo compilou expressões recentes com as quais tem tido contato em feiras e na indústria tecnológica ao redor do mundo. Confira algumas delas:

Affective Computing (ou Computação Afetiva): tecnologias que consideram as emoções dos seres humanos. Já existem namoradas virtuais holográficas à venda no Japão, animais de estimação e “amigos” robôs.

AIoT: é a junção das siglas AI (de *Artificial Intelligence*, ou Inteligência Artificial) com IoT (*Internet of Things* ou Internet das Coisas). Sistemas já utilizam a convergência das duas tecnologias.

Deepfake: vídeos criados com técnicas de visão computacional e processamento de linguagem natural. Imitam a voz ou os movimentos de pessoas e imagens, criando situações que nunca aconteceram, mas que parecem reais. É possível editar um vídeo do presidente dos EUA, Donald Trump, por exemplo, falando um discurso do presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Digital Twin (ou Gêmeo Digital): cópia ou réplica digital, inclusive de seres humanos.

Earthling (ou Terráqueo): termo tende a se popularizar a partir do momento em que viagens turísticas para o espaço se tornarem realidade.

Humanoide: robôs ou seres com formas e comportamentos humanos. A palavra *androide* refere-se ao humanoide masculino, e *ginoide*, ao humanoide feminino.

Insidables: dispositivos colocados dentro de seres humanos, como chips e sensores, em substituição dos *wearables* (ou itens “vestíveis”). Tais chips, por exemplo, podem conter dados pessoais e identificação de cidadãos ou funcionários de uma empresa.

Instagramável: refere-se a imagens belas a serem compartilhadas. Não necessariamente são eleitas para publicação apenas no Instagram (app que deu origem ao neologismo), mas também em outros aplicativos.

Singularidade: ponto em que se completará a transição de uma máquina ao conseguir pensar, entender, e se virar melhor do que um ser humano.

Telepresença: dispositivo que, uma vez posicionado em determinado local, é controlado pelo usuário remotamente. O robô permite que se tenha sensações reais do ambiente, como se você estivesse de fato andando, falando, vendo e escutando as pessoas no local.

Voxel: é o equivalente à famosa unidade pixel das imagens digitais, mas voltada a figuras tridimensionais (hologramas ou impressão 3D, por exemplo).

Justiça brasileira na agenda internacional dos Direitos Humanos

A Justiça Brasileira, por meio de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), trabalha para cumprir resoluções da Agenda 2030 das Nações Unidas, assinada em 2015. Em meio ao contexto da pandemia de Covid-19, a agenda Internacional de Direitos Humanos passa a ter ainda mais relevância. Esse foi o tema central do painel (03/06, Palco 1) que teve a participação de Maria Tereza Uille Gomes, conselheira do CNJ, e de Flávia da Costa Viana, juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

O painel também abordou a importância da inovação no Ecosistema da Justiça e de iniciativas por meio dos LIODS (Laboratórios de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Estava prevista a participação da presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Renata Gil de Alcântara Videira, mas ela não pôde comparecer.

Agenda 2030 na Justiça brasileira

A Agenda 2030 possui 17 ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) em dimensões ambiental, econômica e social, além da institucional. As dimensões econômica e social terão especial relevância no mundo no momento atual e no pós-pandemia, disse a juíza Flávia.

A conselheira Maria Tereza observou que, assim como no pós-guerra se deu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU, em 1945,) para se pensar o que poderia ser feito diante de tantas atrocidades e mortes, com a Covid-19 também enfrentamos dor e sofrimento.

No Poder Judiciário brasileiro, a Agenda 2030 foi incorporada em 2018, no início da gestão do ministro Dias Toffoli, segundo a conselheira. Ela acrescentou que, em encontro realizado no final de 2019,



Maria Tereza Uille Gomes

ARQUIVO PESSOAL

em Maceió, foram aprovadas 12 metas do Poder Judiciário para 2020. Entre elas, a meta 9 é sobre a integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário brasileiro, com objetivos, metas e indicadores mensuráveis. Até então, os dados apresentados para comparar a situação do Brasil na Agenda em relação a outros países não considerava os dados da Justiça.

Agora, os 78 milhões de processos judiciais da base que já era trabalhada pelo CNJ no relatório anual Justiça em Números passaram a ser indexados aos 17 ODSs, sendo possível saber exatamente qual é o impacto deles em relação à Agenda 2030. Em breve, o CNJ publicará de que forma o painel Justiça em Números guarda relação direta com os 17 objetivos, disse Maria Tereza.

Com os dados em mãos, é preciso trabalhar com um plano de ação, observou ela. “Sobretudo, garantir direitos humanos, garantir direito às pessoas mais ne-



Flávia da Costa Viana

ARQUIVO PESSOAL

cessitadas, os hipervulneráveis, que precisam da Justiça funcionando.”

Laboratórios de inovação

“Esse movimento de análise de dados, de ciência de dados, usar a Inteligência Artificial, os algoritmos, depende de um volume grande de informações. Isso se faz não no gabinete do juiz, se faz em laboratório de inovação”, disse a conselheira. Em 2019 aconteceu a criação do laboratório de inovação do CNJ. Maria Tereza aproveitou para fazer convite a todos os tribunais e órgãos não governamentais que quiserem participar e contribuir com o laboratório de inovação do CNJ, com dados e planilhas.

O interessante dos laboratórios é justamente o diálogo interinstitucional que possibilitam entre organizações governamentais, não governamentais, o usuário do serviço e, sobretudo, com o foco principal no cidadão, no ser humano, observou a juíza Flávia.

“PARTE CHEIA” DO COPO: OS APRENDIZADOS OBTIDOS DURANTE A PANDEMIA

Quais são as lições que o Ecosistema da Justiça pode tirar com a pandemia da Covid-19? Foi essa pergunta que Marcos Florão, Diretor de Inovação e Novos Negócios da Softplan, buscou responder em sua palestra [04/06, Palco 2], acrescentando perspectivas para o futuro digital da Justiça.

Embora a pandemia tenha sido uma tragédia gigantesca nas perspectivas de saúde pública e econômica, por incrível que pareça encontramos alguns “copos meio cheios” que ficam de lições para refletirmos, salientou.

Copos meio cheios

O palestrante citou que aprendemos a compartilhar conhecimento de alto nível, derrubando alguns preconceitos que existiam em relação ao ensino a distância. Outros aprendizados destacados foram: isolamento físico não é sinônimo de isolamento social (pois continuamos conectados, nos comunicando e fazendo reuniões virtualmente); é possível fazer atividades físicas sem sair de casa; e a possibilidade de regulamentação da telemedicina, há muito tempo discutida no país.

As dúvidas e preconceito que muitos tinham sobre fazer trabalho remoto também foram revistos. “Conseguimos manter um sistema de Justiça nacional do tamanho do Brasil funcionando.” Salientou que, obviamente, existem percalços e nem tudo funciona maravilhosamente bem remotamente, mas funciona. A tecnologia, aliada ao trabalho humano e coordenado das equipes, foi um dos fatores principais para que a continuidade das operações fosse possível.

Em meio a todo esse movimento, o palestrante destacou a importância das soluções digitais para trazer maior celeridade ao Ecosistema de Justiça. Apresentou exemplos de ferramentas da Softplan para contribuir nesse sentido. Uma delas foi criada em parceria com Ministérios Públicos, que usam IA para varrer denúncias de violência doméstica e aumentar a assertividade de suas classificações. Outra, também com uso de IA, identifica demandas repetitivas nas ações e sugere sobrestamento ao juiz, que avalia e toma a decisão.

“As pessoas, sozinhas, não conseguem exponencializar sua capacidade produtiva. Elas precisam de algo que torne esse aumento exponencial”, afirmou, reforçando que é a tecnologia que consegue trazer um diferencial para um salto de produtividade, pois pessoas equipadas com tecnologia sempre vão superar as que não dispõem dela.

Como o TRE de Rondônia garantiu que suas operações não parem mais

Nas eleições de 2014, uma enchente que atingiu as redondezas do prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia, em Porto Velho, afetou o *data center* da instituição e mostrou a importância de se estar previamente preparado para que possíveis percalços não paralisem a operação de um órgão. O *case* de como o tribunal fez para resolver a situação foi apresentado (03/06, Palco 1) por Sergio Leandro, CEO da OST Informática, empresa que implementou a solução para o TRE na ocasião.

Segundo ele, as fortes chuvas alagaram a parte baixa da cidade, onde fica o prédio do TRE. Inevitavelmente, o edifício ficou inundado. O *data center* ficava exatamente no subsolo, o primeiro lugar que foi afetado pelas águas.

Antes de o problema se agravar, as equipes técnicas começaram a tirar os equipamentos do local, enquanto a água subia. Uma estrutura provisória foi montada no centro político-administrativo do Estado. Durante essa mudança o TRE ficou parado, disse o palestrante, sendo que foi necessário um trabalho árduo da equipe para que as eleições daquele ano não fossem comprometidas.

A grande questão a ser observada com esse caso, salientou Leandro, foram os transtornos, prejuízos, dores de cabeça e muito trabalho da equipe técnica do TRE para manter aquilo funcionando quando foi possível.

A sala antiga do *data center* foi completamente perdida porque não estava preparada para enchentes. Os equipamentos tiveram praticamente perda total, assim como o cabeamento elétrico e de dados.



Como evitar novas perdas?

Os aprendizados fizeram com que o TRE pensasse no que poderia ser feito para evitar que o ambiente computacional e as operações do órgão não parassem caso algo parecido ocorresse novamente.

Foi criada uma estrutura que possibilitou uma contingência completa desse ambiente em outra localidade física, no caso de mais alguma eventualidade atingir o prédio do TRE. Segundo o palestrante, há 100% de redundância do ambiente que é a sede do TRE para essa outra localidade física. É possível migrar de um lado para o outro em um “simples clique”, e a operação continua funcionando, salientou.

Por mais que a estrutura física precise ser desmontada e removida, a operação não para mais. A estrutura também possibilita a recuperação de dados decorrentes de perdas por falhas operacionais ou humanas. “Essa estrutura hoje está operacional, está funcionando, garantindo que o TRE de Rondônia não sofra mais com paradas de ambiente computacional. Portanto, não correm mais o risco de comprometer as eleições, não importa quais, em quais anos.”

A rápida resposta dos tribunais superiores ao impacto da Covid-19

No painel “CIOs: Covid-19 e os impactos das complexidades atuais na revolução tecnológica nos tribunais superiores” (03/06, Palco 2), os palestrantes contaram seus *cases* de adaptação rápida durante a pandemia. Frisou-se a importância de as equipes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) estarem preparadas para agir rapidamente ante as eventualidades, sendo o uso de métodos ágeis um aliado das instituições nesse sentido.

Participaram do debate Giuseppe Dutra Janino, secretário de TI do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Cláudio Fontes Feijó, secretário de TIC no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT); e Humberto Parda, secretário de TIC no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A moderadora foi Denise Martins Moura Silva, CIO no Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). De acordo com ela, algo extremamente importante que perpassou a fala dos três é a questão da governança. Ela também reforçou a importância de se reconhecer o capital humano, pois, por maior que seja o uso de tecnologias, sem as pessoas não se pode fazer nada. Segundo Denise, no TJSE o apoio que foi dado pela equipe da secretaria de TI foi essencial para, durante a pandemia, colocar todo o tribunal trabalhando de suas casas em um final de semana. “Tenho comigo que o novo coronavírus é um catalisador de transformação, isso já ficou claro para toda a sociedade e para todo o mundo. Aquilo que não te coloca à prova não te transforma.”

Confira os destaques de cada um dos palestrantes:



ARQUIVO PESSOAL

Giuseppe Janino

[TSE]

Em sua fala, Janino compartilhou como o TSE enfrentou o grande desafio com a chegada da pandemia, que se somou a inúmeros outros já enfrentados pelo tribunal na realização da maior eleição informatizada do mundo.

Segundo ele, tudo estava sendo superado graças à rápida resposta dada, pois o tribunal já adotava práticas de agilidade havia vários anos. Uma dessas respostas rápidas foi o desenvolvimento de um aplicativo em duas semanas para que eleitores pudessem fazer a regularização junto à Justiça Eleitoral. “Isso possibilitou aí o atendimento a mais de 11 milhões de cidadãos da forma virtual, em um prazo entre 15 e 20 dias.”

Já com relação ao preparo para as eleições, os testes presenciais foram altamente impactados, pois previam a reunião de pessoas dentro das zonas eleitorais para testar todas as funcionalidades da solução tecnológica (urnas e sistemas que envolvem seu uso). “Tivemos que fazer um replanejamento e, principalmente,

uma mudança de formato (...) e buscar a criatividade para adequar esses planos de testes de uma forma virtual e remota”, disse.

Além disso, houve impacto na manutenção e conservação das urnas eletrônicas, guardadas pelos tribunais regionais eleitorais. Com o esvaziamento das instituições, o trabalho de conservação foi paralisado. Alternativas estavam sendo avaliadas com cuidado para a retomada desse trabalho.

Durante a pandemia, a Justiça Eleitoral e o TSE entraram em regime de plantão extraordinário, orientando afastamento de pessoas dos grupos de risco. Foi implantado trabalho remoto a todos os servidores da secretaria de TI, com acesso por meio de VPNs, e os equipamentos foram enviados às casas dos servidores e colaboradores. Instrumentos de videoconferência e plataforma de colaboração foram adotados para a integração das equipes, além do uso de EPIs aos que tiveram que seguir fisicamente na instituição.

Tudo isso em busca de garantir a missão institucional e a realização das eleições municipais; são 150 milhões de eleitores, 5.570 municípios e mais de 490 mil seções eleitorais. Em 2020, salientou, a estimativa era de impressionantes 750 mil candidatos a prefeitos e vereadores e mais de 2 milhões de mesários. Segundo ele, temos uma base biométrica, a maior do Ocidente, com mais de 119 milhões de cidadãos cadastrados biometricamente e um parque de urnas com mais de 473 urnas eletrônicas. Outro grande desafio é a própria logística: país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, 50% dessa área corresponde à região amazônica. Temos pelo menos 1,5 mil pontos de muito difícil acesso, como as aldeias indígenas. Nossa missão, é chegar até esse cidadão.



Cláudio Feijó

[CSJT]

O secretário abordou as atitudes que a gestão tomava para fazer com que as iniciativas nacionais de TI sofressem o menor impacto possível diante da pandemia. Segundo ele, a TI sempre foi muito cobrada para antecipação de cenários, previsibilidade, ajustes em portfólios, etc. Portanto, a TI do Conselho estava preparada para percorrer essa jornada desafiadora em meio à Covid-19 e diante de tanta imprevisibilidade.

Segundo ele, para estarem preparadas, as instituições devem refletir sobre questões como: A tecnologia está disponível, com preço acessível? A TI vem operando em cenários pouco previsíveis e está preparada para fazer mudanças rápidas? A TI tem processos bem definidos e gestão de demanda, além de processos de desenvolvimento, suporte e sustentação? A alta organização tem participado efetivamente da gestão do portfólio? Os gestores têm controle sobre a produtividade dos seus colaboradores?

Com a pandemia, houve trabalho de orquestração dos tribunais e análise de impactos detectados e medidas a serem adotadas pela gestão para conseguir fazer as entregas já planejadas, mantendo a operação funcionando nos tribunais.

Adaptações e ajustes foram feitos, mas graças a esse preparo as equipes continuaram entregando, *releases* novas do PJe, evoluindo e acrescentando funcionalidades em benefício do jurisdicionado. Salientou que o PJe está 100% implementado na Justiça do Trabalho, com aproximadamente 20 milhões de processos em tramitação em todo o país.

Fez questão de abordar a importância do trabalho das pessoas, pois as equipes continuaram trabalhando da mesma forma. “As pessoas tiveram a maior importância para alcance desses resultados (...). As áreas de TI vêm ganhando maturidade para reagir rapidamente às mudanças, e a imprevisibilidade de cenário já faz parte do nosso habitat há algum tempo.”



Humberto Parderá

[STJ]

Há 15 anos no STJ, Parderá disse que, ao assumir o cargo de secretário, notou que a gestão anterior havia feito um ótimo papel. Mesmo assim, ele queria melhorar ainda mais. Uma das mudanças que percebeu ser necessárias foi trazer agilidade maior à área de desenvolvimento. Fez uma reestruturação, transformou as sete seções que existiam em quatro, sendo duas de sustentação e duas de planejamento, e implementou o Método Ágil. Com isso, o papel de gerente de projetos foi extinto, sendo substituído pelo chamado *scrum master*.

Além disso, sistemas que antes demoravam quatro meses para serem feitos passaram a ter entregas (as chamadas *sprints*) quinzenais. Também foram implementadas curtas reuniões diárias propostas pela metodologia Kanban, de forma que os chefes de seções conseguem acompanhar o que cada um está fazendo.

Todas essas modificações que começaram a ser feitas antes têm facilitado a visão dentro do STJ durante a pandemia. “A gente consegue hoje trabalhar muito bem com os times por causa do método ágil e os produtos feitos com mais agilidade”, disse Parderá.

Outra implementação que ele salientou que tem ajudado muito a equipe foi a criação da própria seção de contratação da secretaria de TI, sendo possível estar mais próximo da equipe que faz as contratações de tecnologias. Da forma anterior aconteciam muitos problemas nas contratações, observou, pois os compradores padronizavam aquisições para setores diferentes.

TRF1 ACELERA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL COM A PANDEMIA

ARQUIVO PESSOAL



Assim como a maioria dos órgãos do Ecosistema de Justiça, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) acelerou seu processo de transformação digital devido à pandemia de Covid-19, explicou o diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Lucio Melre da Silva, em sua apresentação (04/06, Palco 2).

Embora muitos órgãos já estejam em processo de transformação digital, todos foram pegos de surpresa com a pandemia e tiveram de desenvolver serviços muito rapidamente, afirmou. Nesse sentido, o TRF1 já tinha, desde 2018, dez servidores da secretaria de TI em teletrabalho. Foram estabelecidas metas, indicadores, e é feito acompanhamento mensal e semestral com eles. Tal experiência colaborou para a adaptação das equipes durante a pandemia.

O primeiro passo adotado pela secretaria foi a criação de um *hotsite*, disponibilizando aos usuários um conjunto de informações relacionadas à VPN (sigla em inglês para Rede Virtual Privada), ao sistema PJe, à utilização da ferramenta de colaboração do tribunal e a algumas outras orientações.

Disse, ainda, que desde 2018 o TRF1 já havia realizado licitação para uma solução que, na pandemia, foi utilizada para reuniões, compartilhamento de arquivos e documentos e realização das sessões de julgamento. A ferramenta trouxe a necessidade de se migrar aproximadamente 15 mil caixas de e-mails dos usuários. O processo era para ter sido concluído em 2019, mas atrasou e, em decorrência da pandemia, foi acelerado e concluído.

Salientou, ainda, que a região utiliza o sistema SEI, desenvolvido pelo TRF4, o que, principalmente para as áreas administrativas, facilitou a migração para o teletrabalho.

O projeto de digitalização e migração dos processos físicos que tramitam em sistemas legados para o PJe também foi intensificado, pois magistrados de toda a região solicitaram a migração de seus processos físicos para o PJe para o trabalho a distância. Citou, nesse sentido, o “PJeômetro”, ferramenta de acompanhamento que traz o percentual de processos do TRF1 já migrados para o PJe.

“Estado da arte”: como a IA pode impulsionar a Justiça?

Nivio Ziviani, professor emérito da UFMG, abordou as potencialidades da tecnologia para a sociedade, com destaque para a subárea do Aprendizado de Máquina

São muitas as potencialidades do uso da Inteligência Artificial (IA) no desenvolvimento de novas soluções para a sociedade, principalmente na área jurídica, salientou Nivio Ziviani, professor emérito do Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em sua fala (04/06, Palco Principal), abordou as possibilidades e potencialidades dessa tecnologia, com destaque para a subárea do Aprendizado de Máquina.

De acordo com o especialista, muitos temem a ameaça que novas tecnologias possam trazer ao trabalho dos humanos. Utilizou o exemplo do que aconteceu com a força de trabalho dos cavalos nos Estados Unidos, principalmente na primeira metade do século XX, após o advento do motor a explosão. “Cavalos foram perdendo seus empregos e hoje são utilizados para recreação. A pergunta que se faz hoje é: os seres humanos seguirão o caminho dos cavalos?”

De acordo com Ziviani, os motores a explosão estão dentro do que é chamado tecnologias de propósito geral, aquelas que entram em nosso cotidiano, evoluem com o tempo e geram inovações complementares. A IA é a tecnologia de propósito geral do momento, disse.

A vantagem da IA, do ponto de vista técnico, é que dá a possibilidade de os computadores aprenderem sem serem explicitamente programados, além de ela aprender a partir de dados. Algumas especificidades, como reconhecer emoções e pessoas, exigem o uso do Aprendizado de



Nivio Ziviani

ARQUIVO PESSOAL

Máquina, uma subárea importante da IA. Graças a isso, hoje temos soluções como detecção de fraudes, carros autônomos e traduções praticamente simultâneas.

IA na área jurídica

A tecnologia já provoca impactos e pode ser um mecanismo muito importante para julgamentos da área jurídica. Citou o exemplo da Corte de Maryland, nos Estados Unidos, que a partir de 2019 começou a usar a IA em estágios iniciais dos processos, em decisões que determinam se uma pessoa deve esperar o julgamento em casa ou na cadeia.

Apresentou, ainda, o desafio de IA *versus* advogados realizado na Inglaterra, chamado Case Crunch Lawyer Challenge. Em outubro de 2017, 750 reclamações reais de vendas indevidas foram apresentados para a IA e para 100 advogados de escritórios renomados de Londres. Os advogados acertaram 62% dos julgamentos e a IA, 87%.

Quando falamos do uso da IA em soluções tecnológicas em geral, todavia, é importante observar procedimentos como conformidade e explicabilidade,

Empreendimentos na UFMG

Nos últimos 30 anos, o professor participou do desenvolvimento, na UFMG, de empreendimentos inovadores utilizando tecnologias de metabusca (empresa Miner), busca (Akwan e Neemu) e Aprendizado de Máquina (Kunumi). São exemplos de como é possível mobilizar o conhecimento para geração de riqueza a partir de dados. De acordo com Ziviani, o relacionamento com a universidade é essencial para desenvolver tecnologias no que é chamado “estado da arte”, pois requer pesquisa de ponta.

garantindo o correto uso da tecnologia e que indivíduos afetados por decisões de algoritmos tenham direito de explicação.

Há, ainda, que se considerar a responsabilização: “E se a IA fizer algo errado?”, questionou. Outro questionamento nesse sentido é se a IA terá recursos de segurança para não se voltar contra os humanos. Outro problema apresentado é que, com a IA, a máquina aprende tom de voz e leitura labial, possibilitando criações de falas que jamais existiram. Por isso, o viés também é um aspecto que exige reflexão.

Samuel Meira Brasil Junior



ARQUIVO PESSOAL

Para Samuel Meira Brasil Júnior, desembargador do TJES e presidente do TRE-ES, a primeira indagação a ser feita quando lidamos com algoritmos decisórios é: “Como vamos construí-los?”

Vieses cognitivos nos algoritmos e o dilema entre igualdade tanto nos meios utilizados como nos resultados apresentados estão entre os desafios do uso da Inteligência Artificial (IA) no Ecosistema da Justiça, destacados por Samuel Meira Brasil Júnior, desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), em sua palestra (04/06, Palco Principal).

“Temos que compreender o conceito de Justiça. Ela [a Justiça] está no meio ou no resultado?”, questionou. Em explicação para essa pergunta, o desembargador disse ser importante considerar se a Justiça está na utilização de um algoritmo que não tenha nenhum viés cognitivo (ou seja, se um algoritmo for considerado justo, o resultado será justo, porque o meio utilizado foi justo), ou se a Justiça da decisão está no resultado. No segundo caso, ainda que o procedimento adotado no algoritmo não seja considerado completamente justo, o resultado é aceitável em uma perspectiva de equidade de Justiça e isso tornaria o julgamento justo.

Portanto, salientou que essa é a primeira indagação a ser feita quando lidamos com algoritmos decisórios: “Como vamos

Sem vieses cognitivos: COMO USAR A IA A FAVOR DA JUSTIÇA?

construí-los?”. O ideal é que fosse um misto dos dois casos, em que o meio fosse estabelecido sem um viés cognitivo e que também o resultado não apresentasse nenhum viés cognitivo”, disse Brasil Júnior.

Distinção de casos

De acordo com o presidente do TRE-ES, padrões aprendidos pelas máquinas não podem ser construídos com base em vieses cognitivos. Elas precisam estar aptas a fazer distinção de casos sem viés. Ele citou técnicas e métodos em evolução e que podem ser úteis nessa caminhada, tais como o *Deep Learning*, web semânticas (ontologias), mineração de texto, reconhecimento de padrão e *Data Analytics*. No caso do reconhecimento de padrão, Brasil Júnior trouxe o exemplo do reconhecimento facial em fotografias, muitas vezes mais bem realizado pela máquina do que por humanos. Demonstrou, por outro lado, que não é possível, por meio de imagens, ver a textura dos objetos. Para ilustrar, apresentou uma imagem que imitava perfeitamente um ovo frito com batatas fritas, porém feita com pê-sego, iogurte e maçãs.

Outro tema é a incorporação de valores pelas máquinas, bem como a ponderação de princípios. “Como verificar padrões decisórios para encontrar valores essenciais e que são subjacentes à decisão?”, indagou, acrescentando que o aprendizado precisa levar em consideração e ter mecanismos que não causem impactos éticos.

APRENDIZADO PRECISA
TER MECANISMOS QUE NÃO
CAUSEM IMPACTOS ÉTICOS



BASE DE DADOS

Os avanços estão diretamente relacionados à existência de bases de dados. “O grande dilema e desafio da IA no Direito significa aprofundar no raciocínio para que tenhamos a possibilidade de extrair informações que ainda não estão disponíveis nos bancos de dados. Se vamos chegar lá, as pesquisas vão apresentar.”

IA E O DIREITO:

A DECISÃO JUDICIAL DE UM ROBÔ PODE SER JUSTA?

Especialistas debateram os impactos e cuidados necessários para o uso da tecnologia em julgamentos

É possível considerar a decisão judicial de um robô justa? Com essa pergunta, o moderador Ademir Piccoli, advogado e ativista da inovação, “apimentou” a discussão do painel “Inteligência Artificial e o Direito” (04/06, Palco Principal).

Participaram do debate Nivio Ziviani, professor emérito do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Samuel Meira Brasil Júnior, desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES).

Em resposta à pergunta provocativa de Piccoli, o desembargador Brasil Júnior respondeu com uma ironia: “Eu gostaria de uma pergunta mais fácil, como: ‘Qual é a cura para o coronavírus?’”. Em seguida, salientou que o tema lhe é fascinante. Deu um exemplo de uma disciplina que cursou em seu mestrado de Ciências da Computação, no final da década de 1990.

Disse que escreveu, como trabalho final de curso, um algoritmo para fazer a dosimetria da pena. Embora na época não existissem as ferramentas de Aprendizado de Máquina existentes hoje, já era possível obter resultados interessantes e



já se discutia se um sistema poderia substituir um juiz. “Na época, nós dizíamos: não, é uma ferramenta para auxiliá-lo.” Da mesma forma, salientou, há ferramentas para auxílio do trabalho dos servidores em geral, que devem ser desenvolvidas cada vez mais. Para ele, o que precisa ser feito é acabar com processos repetitivos e automatizáveis, e deixar os mais qualitativos serem exercidos pelos seres humanos.

Especificamente com relação à pergunta a respeito da decisão de um robô ser justa ou não, ele salientou que temos que imaginar se a IA possam ser adequada para uma valoração cognitiva.

Disse ser otimista e acredita que existam elementos que possam incorporar certa valoração cognitiva a um determinado algoritmo. O problema, todavia, não é apenas incorporar valores, mas se máquina vai incorporar aqueles que não queremos, trazendo extensão indevida que resultaria em um viés cognitivo indesejado, como um preconceito racial, de gênero ou algo nesse sentido. “Particularmente, acho que, sim, é possível. Temos um caminho a trilhar pela frente, mas existem modelos matemáticos interessantes a esse respeito”, disse.

Para o professor Ziviani, por sua vez, “o homem mais a máquina é melhor do que o homem sozinho ou a máquina sozinha”. Exemplificou com a área médica, na qual resultados de exames podem alimentar um modelo de IA que aprende até chegar a um ponto em que consegue dar respostas antes de um especialista. “Se me perguntarem daqui a 20 anos se eu me consultaria com uma máquina ou com um médico, eu diria que me consultaria com um médico que usa IA para auxiliá-lo.”

Segundo Ziviani, uma decisão justa de um robô ocorre quando o número de fatores envolvidos, chamados no Aprendizado de Máquina de dimensões, é “muito grande, explosivo, exponencial”, e nós humanos temos limitações. “Eu acho que um juiz, desembargador, promotor, advogado, junto com a máquina, é muito melhor do que ele sozinho ou a máquina sozinha”, sugeriu.

MARCO DA CT&I

Questionados pelo moderador, os painelistas também falaram sobre a contribuição do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para a inovação no setor público. O desembargador afirmou que vê com muitos bons olhos a participação e os investimentos das instituições de Justiça em inovação. Afirmou que hoje no Brasil existe grande preocupação por parte do gestor público em inovar e correr riscos, principalmente porque o escopo dessas instituições não é a pesquisa. Na opinião dele, é preciso romper barreiras.

Para o professor Ziviani, o Marco Legal foi um dos acontecimentos mais importantes dos últimos tempos em termos de possibilidades de viabilizar empreendimentos dentro das universidades. Segundo o professor, antes da legislação havia muita insegurança jurídica. A UFMG, por exemplo, precisou correr riscos para realizar iniciativas que envolvessem pesquisas universitárias com a criação de empresas, por exemplo. Para viabilizar empreendimentos, a universidade criou uma peça jurídica em 2011, que foi integrada ao Marco Legal (especificamente, o Artigo 11 do Decreto 9.283/2018).



Caminhos para a consolidação da IA no dia a dia da Justiça brasileira

Entre sistemas de automação até despachos automáticos, juízes debateram passos para a IA trabalhar em prol dos órgãos de Justiça

No painel “Como a Inteligência Artificial está transformando o dia a dia da Justiça” (03/06, Palco 1), os painelistas apresentaram cenários para o uso da IA nas instituições. Participaram Rafael Leite Paulo, juiz federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1); Pedro Felipe Santos, juiz federal auxiliar do Supremo Tribunal Federal (STF); Bráulio Gabriel Gusmão, juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O moderador foi o advogado e ativista da inovação Ademir Piccoli.

Em meio ao debate, o moderador Piccoli aproveitou para parabenizar o CNJ pela rápida movimentação feita, no momento da pandemia, para viabilizar parcerias e entregar a ferramenta de videoconferência a ser utilizada pelos tribunais, além da experiência do conselho na migração para a nuvem. Com o gancho da pandemia, notou que muitos tribunais, passado o momento crítico, voltaram a priorizar projetos de digitalização do acervo, passo fundamental para avançar com qualquer solução de IA, como ressaltado pelos painelistas. Confira os destaques de cada apresentação:



Rafael Paulo

[TRF1]

Em sua fala, o juiz federal disse que, embora já existam algumas soluções de IA em desenvolvimento na Justiça brasileira, ele não se dá por satisfeito e ainda há muito a se construir. Nesse sentido, apresentou quatro etapas para se usar a IA para transformar a Justiça:

1 - Largue a carroça: há sistemas nos tribunais que são como “carroças” e precisam ser abandonados, pois são incompatíveis com a IA. Essa “carroça” pode ser um sistema de expedição de requisitórios, de processamento de banco de dados ou até de processo eletrônico. Em seguida, é preciso pensar em alternativas que tragam perspectivas de evolução muito rapidamente. Defende, ainda, a utilização de um sistema de processo eletrônico comum em todos os tribunais para implementação de rotinas mais avançadas que ainda não existem.

2 - Arrume a casa: consiste em abraçar metodologias modernas de desenvolvimento. Muitos utilizam metodologias antiquadas que

se perdem na documentação, levam meses em desenvolvimento, sem entregas, não escutam o usuário final nem trazem soluções de qualidade. É preciso ter o foco no desenvolvimento, com entregas constantes de aprimoramento para que realmente a IA possa ser usada, pois não é uma solução que se entrega e já está pronta. Esse caminho também traz a necessidade de capacitação das equipes.

3 - Providencie os dados: sem dados, as soluções de IA não funcionam, pois a maioria dos algoritmos trabalha com bases matemáticas que estão probabilísticas e estatísticas. É preciso ter dados de qualidade, acessíveis e em volume significativo. Para uma sugestão de despacho, uma sentença, um acórdão de qualidade, necessita-se de um volume significativo, de milhões de dados analisados e cruzados. Infelizmente, ainda estamos em um momento de transição, disse, com muitos dados inacessíveis, em meios físicos ou em PDF.

4 - Deixe a matemática entrar: algoritmos de IA têm sua base matemática, não somente matemática, mas precisa-se dela para interagir com as informações. É preciso ter dados passíveis de análise para transformar a linguagem que se tem em uma matemática que seja compreensível para os algoritmos e que capacite a entrega de um produto bom à prestação jurisdicional.

“Nosso produto é a jurisdição, mas uma jurisdição hoje misturada com algoritmos e desenvolvimento de sistemas e com a necessidade de acessibilidade e ampliação dessa sua funcionalidade para todos”, disse o juiz.

Com todos esses passos, salientou, poderíamos dar uma vazão muito maior para a nossa prestação jurisdicional, com uma qualidade mais elevada e satisfazendo muito mais o público.

ARQUIVO PESSOAL



Pedro Santos

[STF]

Talvez uma das poucas vantagens surgidas em decorrência da crise de Covid-19 consistiu na aceleração da implementação de várias ferramentas tecnológicas nos tribunais, observou o palestrante. “Essas transformações aceleradas nos deram conta de que talvez uma das principais barreiras que muitos habitantes e usuários do sistema de justiça tinham precisou ser vencida, a barreira cultural.”

Nesse contexto, o juiz federal Pedro Felipe Santos disse que é ampliada a oportunidade da contribuição que a IA tem para a inteligência humana no âmbito da governança do Poder Judiciário. “A Inteligência Artificial multiplica os cérebros pensantes sobre o mesmo problema, especialmente na realidade brasileira, em relação ao acesso à Justiça, à gestão processual e à litigância em massa. A IA é uma realidade, uma política judiciária de vários tribunais e no CNJ é uma questão estratégica.”

De acordo com ele, é importante enxergar o ônus e o bônus de algumas experiências, sendo que há grande preocupação em relação ao impacto que a IA tem sobre os serviços jurisdicionais, experiências dos usuários e cultura jurídica. Há uma série de questões técnicas e éticas que não podem ser descuidadas.

Santos apresentou uma perspectiva comparada para classificar a implementação da Inteligência Artificial no Poder Judiciário, abrangendo três fases:

1 - Soft ou Week IA: produção de algoritmos que conseguem analisar documentos do caso concreto, ler tudo e comparar com a base de dados de casos passados, apontar decisões semelhantes ou

um paradigma. É o que se tem chamado de justiça preditiva.

Grande parte dos sistemas judiciários do mundo inteiro está aqui nessa primeira fase, sendo que, no Brasil, a maioria das iniciativas ainda está nessa na etapa de formação desse Big Data e dessa utilização para ferramentas de gestão.

2 - Software que apresenta minutas de decisões:

faz isso com base em resultados probabilísticos, embora ainda com acompanhamento humano. Algumas cortes nos Estados Unidos já conseguem fazer isso muito bem.

3 - Hard IA: o algoritmo apresenta autonomamente um despacho, uma decisão ou uma sentença que tenha validade jurídica, sem supervisão ou acompanhamento de um agente humano. Na China, já existem tribunais *on-line* que noticiam que alguns despachos são feitos por meio de IA.

Ponderações

Uma ponderação importante a ser feita a respeito dessas experiências, ressaltou, é que a Inteligência Artificial não é uma mera matemática, mas surge quando cientistas e matemáticos enviam esforços para entender sentidos e desejos das racionalidades humanas, formulando modelos matemáticos que possam vislumbrar potencialidades e futuros comportamentos. “Obviamente, a construção desses modelos implica escolhas que, inevitavelmente, vão incorporar alguns vieses e pré-concepções que os formaram.” A chance de ocorrer algum problema na fase 1 é mínima, mas, quando vamos para a 2 ou 3, temos questões técnicas e éticas e que surgem que precisam ser refletidas, ponderou.

O palestrante também destacou dois desafios para o futuro nesse sentido. O primeiro envolve a necessidade de se pensar em um marco regulatório ético sobre o uso da IA, que forneça segurança em termos de transparência na construção dos algoritmos e utilização dos sistemas, além de segurança e proteção de dados. O segundo ponto, mais voltado à realidade brasileira, é a preocupação com a equalização e capilarização desse sistema, sendo que ainda temos desigualdades regionais em relação à execução de tecnologias ainda básicas, como o processo eletrônico mesmo.

ARQUIVO PESSOAL



Bráulio Gusmão

[CNJ]

O juiz auxiliar da Presidência do CNJ ressaltou que, considerando as três fases da IA citadas pelo juiz Pedro Santos, do STF, a Justiça brasileira ainda está entre a primeira e a segunda fases. Segundo ele, precisamos caminhar um pouco mais para chegarmos na terceira etapa de existir uma aplicação que sugira uma decisão, mas essa é a expectativa, salientou.

Gusmão fez referência a uma fala do juiz Fábio Porto, auxiliar da Presidência do TJRJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), que observou ser necessário tomar cuidado para que não aconteça com a IA o que houve com o processo eletrônico: uma corrida maluca para ver quem fazia um sistema primeiro. De acordo com ele, o trabalho do CNJ é fundamental no sentido de criar um ambiente favorável a essa colaboração e evitar uma possível competição entre tribunais. O foco deve ser construir um ecossistema favorável para se ter uma IA efetivamente aplicada ao Sistema de Justiça como um todo.

Citou algumas soluções feitas pelo CNJ nesse sentido, como o robô em nuvem para atuações de minutas do Bacenjud, em que foi usada uma solução do juiz federal Rafael Leite Paulo em parceria com uma do TJRO (Tribunal de Justiça de Rondônia). Não é uma ferramenta de IA, mas sim uma automação que proporciona ganho de escala às atividades dos tribunais.

O juiz destacou também duas linhas para o uso da IA no Judiciário, sendo uma para apoio à decisão e outra para automação da atividade judiciária. Entre as ações do CNJ para estímulo à IA, Gusmão citou a criação do do Laboratório de Inovação para o sistema de processo eletrônico Ple; o lançamento de um edital de pesquisa para o Centro de Inteligência Artificial; a ferramenta Sinapses para armazenar, distribuir e treinar modelos; e uma ferramenta para puxar dados, uma espécie de “data lei” que oferece os insumos necessários para a IA e que, em suas palavras, “é como um Pac Man, pois precisa comer bastante dado para poder espirrar alguma coisa do outro lado”.

Afirmou, ainda, que o CNJ lançou um programa de formação para a automação do Ple, que conta com webinários semanais. Outro destaque trazido foi o grupo de trabalho para a discussão da ética da IA aplicada ao Judiciário.

A criação do Sapiens: o sistema de inteligência jurídica da AGU

Sistema começou a ser desenvolvido em 2012; tudo o que foi feito será potencializado para construção do Sistema Único de Procuradorias Públicas (SUP)

Quando a Advocacia Geral da União (AGU) começou a desenvolver o sistema de inteligência jurídica Sapiens, em 2012, não havia no âmbito da administração pública *software* que fizesse uso de Inteligência Artificial. Em sua apresentação, o procurador federal Mauro Lucio Baioneta Nogueira contou a história da criação do sistema, que, agora já implementado, encontra-se em etapa de melhorias e expansão.

Segundo ele, em 2012 o uso da IA em *softwares* jurídicos ainda era incipiente. Como parâmetro, citou que a Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ) havia nascido em 2011, e a Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L) foi fundada só em 2017.

Sem ferramentas disponíveis na época, tudo foi feito do zero. O principal desafio era implantar o sistema em uma instituição cujo acervo de processos admi-

nistrativos estava praticamente todo em mídia física, uma vez que a IA precisa de dados estruturados de forma digital.

A instituição teve, ainda, que enfrentar resistência de uma cultura interna tradicional, avessa a mudanças, que, no caso, eram substanciais. “Tinha-se uma ineficiência enorme, mas uma cultura e um apego muito grande aos sistemas que existiam. Eram horríveis, mas eram aqueles com que as pessoas sabiam lidar. É preferível ter algo ruim, que você conhece, do que algo bom que desconhece [na opinião de muitos].” O primeiro passo foi digitalizar o acervo; depois, foi criado um sistema de processo administrativo eletrônico, entre outras fases que geraram um sistema de processo judicial. A intenção era que todas as áreas trabalhassem com o mesmo sistema dentro da AGU, integrado a todos os tribunais.

O foco foi na parte de automação de conteúdo, buscando um sistema que permitisse fazer desde uma mala direta contextual, que seria o mais simples, até uma sugestão automatizada de uma peça jurídica a ser usada.



IA E NOVAS TECNOLOGIAS AUMENTAM DEMANDA DE DADOS ARMAZENADOS

Tecnologias como a IA demandam um volume gigantesco de dados. Além disso, com o crescimento do uso de dispositivos e da qualidade das aplicações *on-line*, haverá um grande aumento de dados armazenados nos próximos anos. Diante desse cenário, é importante que instituições tenham soluções de armazenamento em conformidade com as novas demandas da sociedade e do mundo tecnológico, observou Everton Cardoso, arquiteto de soluções da Zoom Tecnologia em apresentação sobre o tema (04/06, Palco 1).

As novas tecnologias e aplicações *on-line* demandam melhores desempenho e performance da rede e da infraestrutura. Portanto, perguntas relevantes a serem feitas nesse sentido são: Como está sua infraestrutura? Ela é preparada para o aumento da demanda de dados armazenados, de forma segura? Os dados são acessíveis para o usuário das suas aplicações?

Na palestra, intitulada “Inteligência Artificial aplicada ao armazenamento de dados e o wi-fi 6: Acelerando a transformação digital no Judiciário”, Cardoso também falou sobre a importância de os dados serem armazenados da forma mais adequada e segura possível. Apresentou, portanto, uma solução da Zoom que usa IA e wi-fi 6 e pode auxiliar instituições nesse caminho.

De acordo com ele, além de multiplicar a capacidade de armazenamento, a solução proporciona uma experiência agradável ao usuário, com maior velocidade de acesso da rede de wi-fi 6, uma evolução natural da tecnologia do wi-fi. “Cada vez mais o Judiciário necessita de armazenamento de dados e das informações de forma segura”, disse. Portanto, acrescentou, a solução tem muito a proporcionar ao Poder Judiciário.

ARQUIVO PESSOAL



Mauro Lucio Baioneta Nogueira

EMPREENDER NO ECOSSISTEMA DA JUSTIÇA:

O que é ser

“anticarreira”?

O que é trabalho para você? Com esse questionamento, o empreendedor Joseph Teperman nos faz refletir sobre como podemos dar um novo sentido ao trabalho na atualidade, identificando um propósito e desconstruindo ideias predefinidas de carreira. Autor do livro *Anticarreira – O futuro do trabalho, o fim do emprego e do desemprego*, ele dedicou sua apresentação (03/06, Palco Principal) a explicar o que é ser “anticarreira”.

“O que o mundo terá a mais pelo fato de você estar aqui?”, questionou, referindo-se à definição de propósito do escritor Richard Bolles, autor do livro *Qual é a cor do seu paraquedas? Guia prático para encontrar emprego e mudar de carreira*. Segundo Bolles, propósito é “aquilo que o mundo terá a mais pelo fato de termos passado por aqui”, salientou Teperman.

O que é ser “anticarreira”?

Para o autor, ser anticarreira é questionar a forma atual como construímos nossa vida no trabalho. A origem da palavra *carreira* em latim, inclusive quer dizer “caminho estreito”. “Mesmo que as pessoas não conheçam esse significado, elas o seguem”, destacou.

Segundo ele, existem dois tipos de pessoas: as que estão em transição e as que estarão em transição. A regra preestabelecida das etapas que temos que percorrer na vida em sociedade, como estudar, trabalhar e se aposentar, não nos atende mais, pois as transformações na era digital acontecem muito rapidamente. Além disso, nossa expectativa de vida está aumentando e muitos podem chegar aos 100 anos.

A definição de traba-

Joseph Teperman, empreendedor e anticarreira, questiona a forma atual como construímos nossa vida no trabalho



Joseph Teperman

lho que ele admitiu mais gostar é: “Trabalhamos para gerar resultado”, de autoria de Gary Bolles, responsável pela área de Futuro do Trabalho na Singularity University (SU), nos Estados Unidos, e filho do autor Richard Bolles. “Geramos resultados quando resolvemos o problema de alguém, por meio de tarefas”, disse Teperman.

Nesse sentido, muitos enxergam as novas tecnologias como ameaças ao trabalho humano. Para Teperman, todavia, esse medo não condiz com os efeitos positivos que a tecnologia traz à nossa vida. Defendeu que, quando há liberdade para as pessoas criarem e empreenderem, normalmente novas habilidades surgem.

“Novo normal” ou “novo anormal”?

Diante da pandemia de Covid-19, a dúvida de US\$ 1 milhão é: “Como será o novo normal?”. Ele provocou: “Minha pergunta é como será o novo anormal?”, pois ele não considera normal a vida de antes, citando congestionamentos das cidades grandes como exemplo. “Com

US\$ 5, você consegue responder à pergunta de US\$ 1 milhão”, acrescentou, citando a frase atribuída a Abraham Lincoln, ex-presidente dos EUA cuja face estampa a nota de US\$ 5: “A melhor maneira de prever o futuro é criando-o”. A frase também é atribuída ao pai da administração moderna, Peter Drucker.

E como fazemos para criar o futuro? De acordo com Teperman, a resposta está em: correr riscos, empreender, ter planos A, B, C, D, etc. Citou, ainda, a definição de empreendedorismo, que inclui a disposição e a capacidade de realizar.

Mudança de hábito: maior barreira da transformação digital é a cultura

Mudanças de hábitos e de comportamentos são fundamentais, salientou o palestrante Fabio Pereira, executivo de inovação da Red Hat.

A transformação digital que vivemos hoje não é nada nova: começou entre as décadas de 1980 e 1990; todavia, o que há de novo sobre o assunto é que, agora, ela passou a ser uma transformação cultural, afirmou Fabio Pereira, executivo de inovação da Red Hat, em sua apresentação (02/06, Palco Principal). Segundo ele, a maior barreira da transformação digital hoje nas organizações não são mais tecnologias ou processos, mas a cultura.

Essa cultura está relacionada a mudanças de hábitos e de comportamentos. O

palestrante deu como exemplo o simples ato de cruzar os braços: estamos habituados a colocar sempre o mesmo braço, direito ou esquerdo, em cima do outro. Ao tentar trocar de ordem, ficamos confusos justamente pela força do hábito.

Nesse sentido, ele destacou a seguinte frase: “É fácil investir em tecnologia. É um pouco mais difícil mudar um processo, mas a cultura é o mais difícil”, creditada ao especialista em Tecnologia da Informação Thomas Davenport, em relatório da revista especializada em gestão *Harvard Business Review*.

“Falando em cultura, quem lembra de como alugávamos filmes antigamente?”, perguntou, lembrando o processo de ir até a locadora, pegar o filme, inicialmente em fita e depois em DVD ou Blu-ray, levá-lo para casa, depois assistir ao longa-metragem e devolvê-lo. “Hoje em dia, o que aconteceu? O *streaming* tomou conta com a Netflix, Amazon Prime e muitos outros serviços. Nossos hábitos mudaram.”

Tecnologia e cultura juntas

A transformação passa pela união da tecnologia com a cultura, reforçou Pereira. Nesse contexto, ele entrou na Red Hat em 2018 para fundar o *Open Innovation Labs* na América Latina, dentro de uma área de consultoria e treinamentos da empresa. “Transformamos as organizações, de um modelo tradicional hierárquico, *top-down*, onde existiam silos e entregas em forma de ‘cascata’, para um modelo *open*, aberto, colaborativo.” A colaboração e a transparência hoje são a base de tudo o que é feito.

E o futuro da inovação no Judiciário já começou, finalizou o palestrante, citando a existência de laboratórios de inovação espalhados por tribunais e Ministério Públicos pelo país.

A TRANSFORMAÇÃO
PASSA PELA UNIÃO
DA TECNOLOGIA COM
A CULTURA. ELAS
CAMINHAM JUNTAS



Qual é o papel dos laboratórios de inovação durante e na pós-pandemia?

Magistradas engajadas no cenário de inovação debateram sobre a importância de os laboratórios olharem para os problemas e gargalos da sociedade em momentos de crise

Os laboratórios de inovação são espaços de experimentação que permitem a troca de ideias e criações horizontais e multidisciplinares. Buscam inovar para resolver os problemas das instituições e, tratando-se dos órgãos da Justiça, da sociedade.

No painel “O papel dos laboratórios de inovação na Justiça pós-pandemia” (02/06, Palco 2), magistradas debateram a importância desses espaços para a inovação dentro das instituições. Participaram as juízas federais Cristiane Conde Chmatalik, da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES); Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, de São Paulo (JFSP); e Daniela Tocchetto Cavalheiro, do Rio Grande do Sul (JFRS).

O moderador foi Marcelo Carlin, juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Durante o painel, ele ressaltou que a inovação tem que ser pensada considerando um sistema humano, feito por e para pessoas; inteligente, que incorpore todo o conhecimento possível e todas as tecnologias disponíveis; e sustentável, que pense na economia, no meio ambiente e na sociedade como um todo.



Cristiane Chmatalik

[JFES]

A juíza ressaltou que os laboratórios em si já são a própria inovação. “A gente se depara com o novo dentro do laboratório. É o local propício para retirar o paletó e chegar com outra visão.” É um lugar para aprender a desenvolver novas competências, para se fazer testes, resolver problemas e se colocar no local do outro, pois o jurisdicionado muitas vezes precisa, mas não consegue chegar até a Justiça, segundo Cristiane.

Ela apresentou um dos destaques das atividades realizadas no laboratório da JFES: o “Fale com a Ju”, aplicativo de *chatbot* que funciona como um canal de comunicação entre o cidadão e a Justiça Federal. “Ju”, aliás, é a abreviação da palavra Justiça, explicou.

Embora a ferramenta seja uma solução simples, Cristiane disse que inicialmente parecia ser uma questão que não poderia ser resolvida pela Justiça. A ideia, todavia, deu certo e já foi levada para estados com demandas maiores, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A juíza também destacou alguns aspectos importantes para um ambiente aberto à inovação, tais como: a presença de pessoas engajadas, que queiram trabalhar nos projetos e fazer mudanças; um sistema processual eletrônico facilitador; coragem de mudar e disposição para a criar o futuro.



Daniela Cavalheiro

[JFRS]

O InovaTchê, laboratório de inovação da JFRS, foi criado em 2019, inspirado nos *cases* do Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Norte, disse a juíza. Segundo ela, no período de distanciamento social, o desafio foi fazer virtualmente o processo de *Design Thinking* que antes acontecia presencialmente, com interação entre os participantes. Não só foi possível realizar encontros a distância, como foram desenvolvidas soluções que não eram esperadas.

A juíza reforçou o conceito de inovação, que é a implantação de um bem, serviço ou processo novo ou significativamente melhorado. “Na Justiça, temos que focar na prestação do serviço”, salientou. Nesse sentido, o laboratório funciona como uma proteção para que a inovação venha efetivamente a ser implantada. “É uma permissão que a gente se dá para criar algo diferente, sem julgamentos e conceitos hierárquicos da instituição.”

Os laboratórios são espaços democráticos, permitem criações horizontais e multidisciplinares, disse Daniela. Todos têm vez de falar e constroem ideias e soluções juntos, com a vantagem de poderem testá-las. Por conta dessa estrutura aberta, várias pessoas se candidatam participar, o que proporciona um resgate de talentos.

Além disso, ela observou que a inovação não precisa ser sempre disruptiva, pois pode ser também incremental. “Incremental é como o próprio nome diz, ela incrementa o que já existe.” No período pós-Covid esse tipo de inovação será fundamental.

A juíza contrapôs, todavia, que a inovação tem que passar por filtros. Não é porque algo é novo que necessariamente será melhor. Segundo ela, precisamos pensar nas consequências do que criamos para o planeta e a sociedade. “A energia que colocamos nas inovações se multiplica no Ecossistema do Judiciário de todo o Brasil, e temos que ter esse cuidado.”



JEFFERSON MESSIAS/DIVULGAÇÃO/JFSP

Luciana Ortiz

[JFSP]

Em sua fala, a juíza disse que o ilusplab, laboratório de inovação da JFSP, foi criado em 2017 e, de lá para cá, muitos outros se espalharam pelo país, a exemplo de Fortaleza, Mossoró (RN), Espírito Santo, Rio de Janeiro e do Laboratório de Inovação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outros.

Se antes da pandemia as equipes e os laboratoristas se reuniam em diversos espaços físicos pelo Brasil, pensando em problemas complexos para o desenvolvimento de soluções, os encontros migraram para o ambiente virtual. Houve a possibilidade de continuar a desenvolver os projetos em rede, transcendendo o espaço físico, afirmou Luciana. O primeiro encontro da JFSP, inclusive, aconteceu para se pensar em soluções para teleconferências.

A juíza destacou projetos do ilusplab tanto para durante quanto para o período da pós-pandemia, entre eles o Sinara, que é de IA aplicada. Também estava sendo feita uma pesquisa com membros de associação para trazer uma perspectiva de como funcionou o Judiciário na pandemia, sendo que a equipe de *Business Intelligence* (BI) fará uma análise, salientou.

Em momento de crise econômica e social, a juíza observou que uma importante área de atuação para o laboratório é a prevenção. “Temos atuado muito na questão da renda emergencial, com pessoas em situação de vulnerabilidade, população de rua, indígenas [...]. O laboratório tem potencial sensível de trazer as vozes das minorias, prestar os serviços disponíveis e fazer prevenção de litígios.”

Colocar o ser humano no centro das prioridades é tendência da abordagem do Design Thinking no mundo todo, disse Luciana. “A governança traz o ser humano para o centro do serviço.” Afirmou, ainda, que as tecnologias exigem novas habilidades e é preciso investir na capacidade das pessoas, de forma a expandir, crescer e promover a inovação tecnológica dentro das instituições. “O *Design Thinking* nos permite a sensibilidade de usar a tecnologia sem deixar ninguém para trás.”

De olho nas emoções: desperte sua confiança criativa para inovar

Mestre em Educação e diretora da Idealiza Tools & Methods, Caroline Bucker falou sobre a importância da empatia e das emoções para inovar

A inovação acontece por meio das pessoas e para as pessoas. Os processos das empresas, produtos ou formas de relacionamento não se transformam sozinhos. Com essa mensagem, a mestre em Educação e diretora da Idealiza Tools & Methods, Caroline Bucker, abordou, em sua apresentação (04/06, Palco 1), a importância de termos empatia e confiança criativa para inovar.

Para fazer uma inovação, precisamos de empatia, colaboração e experimentação, disse. Segundo ela, a situação de pandemia é um exemplo muito claro de que são as pessoas que se conectam e promovem as transformações tão necessárias.

E o que a empatia tem a ver com a criatividade e a inovação? A especialista trouxe a resposta sob a ótica da neurociência. Disse que, ao entendermos o que move o outro e é importante para ele, podemos despertar uma nova sinapse no nosso cérebro. As sinapses, por sua vez, precisam da emoção para acontecer e promover novos aprendizados, explicou.

Ela disse que entrou em contato com essa área de pesquisa durante seu mestrado em Educação e se apaixonou pelo tema. Segundo Caroline Bucker, a neurociência veio para comprovar que é a emoção que conduz nossos pensamentos, tomadas de decisão e aprendizados. “Então, o nosso modelo mental precisa incluir a emoção. Se a emoção não estiver presente, esses processos não vão acontecer da melhor forma.”

Afirmou que também temos que olhar para o nosso intestino, que é nosso segundo cérebro. “Ele tem as mesmas conexões nervosas que o nosso cérebro e é responsável pelo envio e recebimento de informações. Todas as conexões químicas que acontecem no nosso corpo são feitas por esse fluxo que o intestino proporciona.”



ARQUIVO PESSOAL

Desenvolva sua confiança criativa

Para inovar, também não podemos deixar de lado o chamado *feeling* ou intuição. Saber escutar essa mensagem interna nos ajuda a ter a confiança criativa. A especialista passou o seguinte exercício para treiná-la:

Selecione algum problema que você tenha e que possa resolver; escolha uma nova habilidade para ser colocada em prática na resolução e resolva o problema utilizando-a. Não precisa ser a melhor forma ou perfeita, mas é importante usá-la. Depois de colocar a nova habilidade em prática, compartilhe. “Compartilhar é muito importante para entendermos que podemos ser mais confiantes naquilo que conseguimos fazer.”

Caroline disse, ainda, que gosta de trazer o seguinte questionamento: “Queremos ser felizes ou ter razão?”. De acordo com ela, para sermos felizes às vezes devemos abrir mão do que acreditamos ser correto e estarmos abertos a incorporar novas visões, pois algumas coisas precisam de revisão contínua. Às vezes, queremos inovar usando premissas e modelos mentais do passado.

As instituições da Justiça, como quaisquer outras organizações, precisam de pessoas intraempreendedoras, que atuem pelo propósito, e não pela específica meta que lhes é conferida, disse Marco Bruno Miranda Clementino, juiz federal da Justiça Federal do Rio Grande do Norte (JFRN). Em sua apresentação (04/06, Palco 1), buscou responder: como intraempreender e levar inovação para a Justiça brasileira?

O primeiro passo para qualquer trajetória de intraempreendedorismo, disse, é ter um propósito, algo que confere estímulo ou idealismo para o profissional exercer sua função dentro da instituição. Por que trabalhar na Justiça? A pergunta vale a todos os servidores e colaboradores, seja um magistrado, servidor da área de TI ou administrativa. Segundo o juiz, qualquer profissional pode desenvolver uma trajetória intraempreendedora.

Clementino contou a história que deu origem à definição do seu propósito. No começo da carreira, fez uma audiência no interior de Alagoas, em um mutirão. Na ocasião, entrou na sala de audiência uma família para tratar de uma ação contra o INSS, a respeito de um benefício. A parte autora era uma mulher com nível altíssimo de esquizofrenia. A família vivia em situação de extrema pobreza e havia construído uma espécie de “jaula” para ela no quintal. O juiz ficou muito emocionado e concedeu o benefício.

Desde então, essa história passou a nortear seu propósito. Contou-a, também, à sua equipe na 6ª Vara Federal no RN. “Decidimos que aquela história seria uma espécie de símbolo do nosso propósito, que é fazer o melhor para garantir justiça e respeito ao cidadão.”

Desapegar de modelos tradicionais

A pandemia mostrou que, para inovar, é preciso se desapegar de modelos tradicionais de trabalho, disse. Exemplificou caso de um juiz que aderiu à teleaudiência, mas seguiu utilizando uma assistente para digitar o depoimento na forma tradicional, em apego à tradição, observou.

Atuar na perspectiva intraempreendedora é ter um propósito para fazer

O intraempreendedorismo como impulsor da inovação

Primeiro passo para qualquer trajetória de intraempreendedorismo é ter um propósito, disse Marco Bruno Miranda Clementino, juiz federal da JFRN



ARQUIVO PESSOAL

diferente e agregar valor ao trabalho. De acordo com ele, empreender significa aproveitar as oportunidades para a transformação da realidade. “Você recebe seu salário no final do mês. Mas o que você busca? Transformar a vida das pessoas.” No caso dos órgãos da Justiça, o objetivo é gerar valor público, pois o Estado não tem lucro. O lucro é a felicidade do jurisdicionado.

Traços do intraempreendedor

Um traço característico dos empreendedores é a liderança, observou. É iniciar um trabalho de convencimento, cons-

truir pacientemente uma abertura para a transformação da realidade.

É importante também a criação de um laboratório de inovação mental. “Quando atingimos determinado patamar de maturidade, vem no imaginário aquela ideia de que não podemos mais fazer diferente, de que não podemos mais lidar com o erro.”

O empreendedor é aquele que não tem medo de fazer parcerias, de enfrentar o desconhecido, que não tem vergonha de ser chamado de excêntrico. É uma pessoa que valoriza a liberdade de criação e erro.

Os caminhos inovadores dos Ministérios Públicos de MS e PE e do TCU

Instituições criam laboratórios, lançam desafios, fazem parcerias e desenvolvem soluções para aprimorar processos e serviços ao cidadão

A inovação vem ganhando contornos institucionais mais explícitos com a criação, em vários órgãos, de laboratórios e práticas inovadoras que, se não formais, têm patrocínio direto das administrações, afirmou Tiago Peixoto, coordenador de Governança e Gestão de Tecnologia do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e moderador do painel “Múltiplas abordagens da inovação: Como Ministérios Públicos e o Tribunal de Contas da União (TCU) estão inovando em suas instituições” (04/06, Palco 1).

Esse movimento tem levado a várias abordagens que merecem compreensão, compartilhamento e, naturalmente, aprendizado mútuo, salientou o moderador. Foi justamente essa troca que aconteceu durante o painel, que contou com a participação dos promotores de Justiça Paulo César Zeni, do Ministério Público do Mato Grosso do Sul (MPMS); Antonio Rolemberg, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE); Rodrigo Felisdório, secretário de Soluções de TI do TCU. Confira os destaques de cada fala:

ARQUIVO PESSOAL



Antonio Rolemberg

(MPPE)

O laboratório de inovação da instituição, o MPLabs, foi lançado há dois anos e utiliza a inovação aberta como forma de conectar a realidade do Ministério Público com os fatores do ecossistema de inovação, disse o promotor.

Segundo ele, a missão é realizar inovação em parceria com o ecossistema de *startups*, universidades e centros de pesquisa e inovação. “Tudo isso alinhado com a legislação, que determina que o poder público seja precursor de inovação”, disse.

Rolemberg explicou que a inovação aberta é um mecanismo para reduzir os custos de investimento, que são escassos nos Ministérios Públicos. Com isso, ideias internas são somadas às externas, reduzindo custos e minimizando o risco inerente da inovação.

Para que o laboratório funcione, há também um trabalho de engajamento dos gestores do negócio, membros do Ministério Público e servidores.

Para isso, logo no início foi feito um trabalho de mudança do *mindset* (modelo mental) dentro do MP, de forma que pudesse ser sentida dentro da instituição a certeza de que a inovação é o caminho para se chegar a soluções de problemas.

O parceiro escolhido pelo MPPE é o Porto Digital, um parque tecnológico no Recife. Foi estabelecido um modelo de cocriação. A depender do caso, o MP fica com o direito de utilização das soluções e, em outros, tem participação para que possíveis vendas sejam remetidas ao fundo de modernização do órgão.

Para criar as soluções, o MPPE lança desafios, roda ciclos de desenvolvimento, implementa as soluções e depois as evolui. Entre os diversos produtos já criados e citados por Rolemberg, estão o Voxia, ferramenta de gravação de áudio; a solução de ouvidoria Audivia, que está sendo escalada a pedido de vários estados; ferramentas de inteligência investigativa e de mapeamento para a área da infância de juventude, entre tantas outras.

Em decorrência da pandemia, foi realizado um terceiro ciclo de inovação para engajar a comunidade de inovação brasileira na busca por soluções de combate à pandemia de Covid-19. Foram diversas soluções apresentadas em oito dias e muitas foram aproveitadas para implementação.

ARQUIVO PESSOAL



Paulo Zeni

[MPMS]

O promotor explicou que quando o MPMS implantou o processo eletrônico, em meados de 2011 e 2012, a visão inicial era a de que a digitalização de seu acervo já se tratava de uma inovação. Tempos depois, todavia, a instituição percebeu que, na verdade, esse era apenas um primeiro passo que conduziria o processo de inovação.

A segunda etapa foi construir caminhos e métodos para, de fato, inovar dentro do ambiente do processo eletrônico. Ou seja, usar a potencialidade do mundo digital para colher produtos com qualidade, eficiência, agilidade e, principalmente, economia, explicou.

O promotor disse, ainda, que a instituição acabou adotando uma abordagem múltipla e enxergou três caminhos diferentes para adotar e promover a inovação.

O primeiro é a parceria com as universidades. “A gente ajuda a academia com o nosso conhecimento e recebe, em troca, experiências que podem, em algum momento, ser apresentadas como úteis no nosso trabalho.”

O segundo caminho é o apoio da iniciativa privada, sendo que algumas ferramentas são adquiridas pelo MP. O terceiro é o investimento em pesquisa interna, o que envolve capacitação da equipe e desenvolvimento de sistemas e soluções feitos internamente.

Nessa caminhada de inovação, Zeni citou o desenvolvimento de uma solução que usa Inteligência Artificial em processos relacionados ao tráfico de drogas, uma vez que o estado do MS é uma das portas de entrada de entorpecentes que vêm de países como Bolívia e Paraguai, disse.

Com a iniciativa privada, são duas frentes em andamento atualmente, afirmou, com desenvolvimento de iniciativas como gravação de audiências, degravações e reconhecimentos de dados dentro dos arquivos dos processos eletrônicos. Citou, ainda, trabalhos em consultoria com utilização de *Business Intelligence*.

Internamente, disse que o MPMS criou um laboratório de inovação formado por um grupo de servidores dedicados em tempo integral ao espaço. A equipe tem projetos em andamento, dentre os quais está sendo entregue o robô da Ficha Limpa. “A gente faz uma pesquisa, a cada eleição municipal, de cerca de cinco mil nomes pesquisados de candidatos para verificar o cumprimento da Lei da Ficha Limpa”, disse.

ARQUIVO PESSOAL



Rodrigo Felisdório

[TCU]

O secretário compartilhou com o público, em sua fala, soluções e investimentos que estão sendo feitos hoje para aprimorar, trazer mais facilidade, informação e engajamento para um novo cidadão. “Esse cidadão que é mais exigente, mais conectado, mais engajado”, afirmou.

Segundo ele, todas as ações empreendidas para aumentar o potencial de agregação de valor das instituições, a partir da inovação, de laboratórios e de redes, são fundamentais. Porém, disse acreditar que esse movimento já está posto e o maior desafio que as instituições públicas têm agora é criar um ambiente favorável para que essa inovação nasça em qualquer lugar dentro delas. “Pode parecer um pouco paradoxo, antagônico, mas a inovação tem que estar na rotina das instituições.”

Para Felisdório, os órgãos públicos que não se atentarem e se prepararem para esse movimento de transformação digital se tornarão insignificantes. “As instituições públicas precisam se engajar e começar a repensar a sua forma de atuação”, disse.

O TCU tem em torno de dez soluções que já estão disponíveis, afirmou, sendo que grande parte pode ser compartilhada ou útil também para outras instituições. Uma delas é o Conecta, uma plataforma de prestação de informações que visa a aumentar a eficiência na prestação de serviços digitais entre o tribunal e os órgãos da administração pública. Possibilita consultar todos os processos, acórdãos, comunicações, etc, de forma consolidada.

Outra ferramenta trazida por ele é a plataforma de instrução assistida, com a qual já foi registrado mais de 200% de aumento de produtividade na instrução de processos de tomada de contas, disse. Já pensando no destinatário dos serviços públicos de qualquer instituição, destacou a solução Zelo, assistente virtual do TCU que é um robô de Inteligência Artificial que interage com a população para prestar informações e serviços digitais úteis. Outro investimento ainda embrionário é a criação e a concepção de uma plataforma de inteligência de controle.

Migrando para a nuvem: o case de Multicloud do CNJ

Luiz Antonio Mendes Garcia, diretor de TI do Conselho, explicou o que levar em consideração antes de escolher um provedor e a modalidade a ser contratada

“Como um órgão público pode migrar para a nuvem?”. O diretor de Tecnologia da Informação (TI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luiz Antonio Mendes Garcia, deu a resposta em sua apresentação (02/06, Palco Principal), com o *case* de adoção da computação em nuvem pelo Conselho.

Garcia salientou que são inúmeras as dúvidas dos gestores públicos na hora de migrar para a nuvem, tanto do ponto de vista técnico como governamental: O custo vale a pena? A nuvem é segura? Precisa ter capacitação técnica? Qual é o modelo contratual indicado? O importante, disse, é que cada instituição entenda suas necessidades, faça um planejamento meticuloso prévio, pesquise as opções do mercado e defina o melhor contrato. As responsabilidades do cliente e do provedor devem ser registradas contratualmente, em detalhes – incluindo padrões de segurança.

O palestrante informou que um dos pontos mais importantes antes de fazer a migração é conhecer as modalidades oferecidas pelos provedores. São elas: SaaS (*Software as a Service*, ou *Software* como serviço),



Luiz Antonio Mendes Garcia

ARQUIVO PESSOAL

PaaS (*Platform as a Service*, ou Plataforma Como Serviço) e IaaS (*Infrastructure as a Service* ou Infraestrutura Como Serviço).

É fundamental conhecer os diferenciais de cada uma dessas modalidades. Entre as questões importantes a serem consideradas estão: saber os serviços essenciais do órgão e o que vale a pena colocar na nuvem; entender se a instituição precisará de gerenciamento de infraestrutura ou não; e se terá plataforma à disposição. O desenho dessa estratégia apontará para o modelo a ser contratado. A fase de planejamento, reforçou, não tem fim: são ciclos de planejamento e execução contínuos.

A OPÇÃO DO CNJ PELO MULTICLOUD

Desde 2019, o departamento de TI do CNJ optou pela Multicloud híbrida (contração de múltiplos provedores). Segundo Garcia, entre os sistemas mais conhecidos do Conselho que já operam em nuvem, estão algumas instâncias do Processo Judicial Eletrônico (PJe). A velocidade foi fator preponderante e a contratação foi feita com dispensa de licitação.

Após pesquisas, o CNJ concluiu que a Multicloud híbrida trazia vantagens ao Conselho, como ter mais de um provedor por motivos de contingência e continuidade do negócio, além da competitividade de custos. Outro benefício é o fato de que cada serviço de nuvem é particular e customizado, pois há portfólios de soluções e *softwares* agregados que se somam aos serviços, explicou.

TJMG migra para a nuvem após constatar benefício em vários aspectos

Para diretor-executivo de Informática do órgão, Antonio Rolla, migração exige mudança de *mindset*: “Você tem que provar que o que está vindo é melhor”

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) fez a migração para a nuvem em 2017, em um momento de revisão de custos. Em sua apresentação (04/06, Palco 2), o diretor-executivo de Informática do órgão, Antonio Rolla, contou como foi o processo e os benefícios advindos dessa escolha, como elasticidade, suporte de qualidade e o próprio custo.

Segundo ele, em 2017 o estado passava por uma situação financeira ruim, e o tribunal criou uma comissão para pensar na revisão de custos de toda a área de TI. Contratos foram revisados, e um deles era com a Oracle, de onde vem toda a tecnologia utilizada pelo TJMG, exceto o PJe, explicou.

De acordo com o diretor, a negociação era difícil de ser realizada porque a empresa segue práticas globais. Portanto, o tribunal participou de oficinas do Gartner Group sobre negociações com grandes empresas. “Percebi que a forma mais correta para renegociar com a Oracle não seria pedir redução, e sim repensar a arquitetura”, disse Rolla.

O processo levou um bom tempo para ser desenvolvido. “É uma mudança de *mindset* do tribunal. Sair de um modelo para outro não é fácil para os tribunais fazerem”, observou.

Além da necessidade de reduzir despesas, o ciclo de vida dos equipamentos do TJMG chegava ao fim; o *data center* de

ALÉM DO MELHOR CUSTO, NUVEM OFERECE SUPORTE, ELASTICIDADE E SOLUÇÕES INCLUÍDAS, ENTRE OUTRAS VANTAGENS

contingência não possuía a mesma capacidade do principal e o SuperCluster estava na capacidade máxima. O cenário foi levado a uma comissão de negociação, e estudos foram feitos com a Oracle para encontrar a melhor solução.

Três opções foram apresentadas: expandir os ambientes dentro do tribunal; fazer um modelo híbrido, entre o tribunal e a nuvem privada; ou manter 100% a nuvem privada. “Não é fácil você já estar dentro de um modelo e sair dele. Você tem que provar que o que está vindo é melhor”, afirmou.



Antonio Rolla

ARQUIVO PESSOAL

Por que a nuvem?

Após análises e comparações, o TJMG optou pela terceira opção. Além do melhor custo, a nuvem oferecia possibilidades de utilização de recursos da Oracle sem a compra de licenças, renovação de equipamentos e suporte de qualidade. Outra vantagem era a elasticidade (ampliar o uso da nuvem com rapidez, conforme a necessidade).

Em relação aos custos, a primeira opção ficaria em R\$ 35,6 milhões; a segunda, em R\$ 24 milhões; e manter tudo 100% em nuvem, em R\$ 23 milhões. A contratação foi feita com dispensa, porque se entendia que a Oracle era dona do serviço. O preço final foi reduzido para R\$ 18,7 milhões. Depois de 48 meses, o tribunal continua renovando o serviço. “É uma migração complexa e foi uma jornada, mas hoje podemos dizer que estamos no rumo certo, mantendo um ambiente melhor e com maior segurança.”

Nas nuvens: CASOS DO GOVERNO BRASILEIRO QUE ADERIRAM À TECNOLOGIA



Umberto de Araújo Filho, líder de Negócios para Governo da AWS no Brasil, destacou soluções inovadoras e adaptações durante a pandemia

Casos de sucesso de transformação digital e uso da nuvem no governo brasileiro foram os destaques da apresentação de Umberto Mancebo de Araújo Filho, líder de Negócios para Governo no Brasil da AWS, a Amazon Web Services (04/06, Palco Principal).

O palestrante fez questão de investir um tempo de sua fala para abordar a questão da segurança porque, segundo ele, ela é a base de tudo. “Costumo dizer que a segurança está para a AWS assim como a credibilidade está para uma operação bancária. Esse é um dos grandes pilares da nuvem.”

De acordo com Araújo Filho, na grande maioria dos casos, a AWS é muito mais segura do que um *data center* local das instituições, uma vez que é a empresa que mais tem certificações internacionais e nacionais na área de segurança.

Destacou, ainda, que dentro do contexto de nuvem é importante trabalhar com o que chama de segurança compartilhada. A AWS é responsável e garante a segurança da nuvem, ou seja, toda a parte

“A SEGURANÇA ESTÁ PARA A AWS ASSIM COMO A CREDIBILIDADE ESTÁ PARA UMA OPERAÇÃO BANCÁRIA”

de computação, banco de dados, rede, etc. Já a “camada de cima” é de responsabilidade das instituições, pois a AWS não tem acesso aos dados. Se a senha de um banco de dados for passada a um terceiro, e ele eventualmente usá-la de má-fé, a instituição continuará vulnerável.

Casos práticos do governo brasileiro

Ao apresentar casos de órgãos públicos que estão usando a nuvem no Brasil, Araújo Filho destacou ações realizadas durante a pandemia. Um exemplo foi o do Datasus. O volume de acessos ao site do Ministério da Saúde teve, obviamente, grande aumento por causa da Covid-19. A AWS já tinha contrato com o Datasus e, após ser acionada, fez uma

ação emergencial para melhorar a experiência em nuvem e proporcionar estabilidade não só ao site, como também ao aplicativo que contém informações específicas sobre o coronavírus, disse.

“Estamos falando de aproximadamente um pico de 91 milhões de solicitações por dia e picos simultâneos de 51 mil acessos. Ou seja, imagina que loucura seria enfrentar isso sem a possibilidade de ter uma nuvem para te sustentar?”, questionou.

Entre outros destaques apresentados pelo palestrante, estão o projeto da Rede Nacional de Dados de Saúde (RNDS), que visa a disponibilizar dados da área da saúde ao cidadão, e que foi acelerado; o caso da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que levou sua plataforma de treinamentos para a nuvem; e o Governo de São Paulo, que criou uma solução para os estudantes da rede estadual assistirem a aulas ao vivo, videoaulas e outros conteúdos.

Apresentou, também, outras iniciativas fora do contexto da pandemia, como uma parceira na região de Santa Catarina para uma solução de Inteligência Artificial no combate à evasão escolar e, na área da Justiça, citou a empresa Softplan, um dos grandes parceiros para a área, que está migrando soluções de procuradorias jurídicas para a nuvem.

100% ON-LINE:

TJRR DESENVOLVE SISTEMA

INTELIGENTE DE JUIZADOS ESPECIAIS

O Tribunal Justiça de Roraima (TJRR) desenvolveu uma solução para facilitar o acesso do cidadão aos juizados especiais, de forma que todos os trâmites, da entrada do processo à sentença, ocorram 100% *on-line*. Trata-se do SIJE – Sistema Inteligente de Juizados Especiais, que foi apresentado (02/06, Palco 1) por Esdras Pinto, juiz de Direito do tribunal.

De acordo com ele, o sistema nasceu com o intuito de proporcionar comodidade, eficiência e segurança à prestação jurisdicional. Dificuldades como informações complexas e excesso de formalidades são típicas do ambiente jurídico. Outro problema comum é o do deslocamento do cidadão ao fórum.

O SIJE procura sanar essas questões com o emprego de automação a partir de ferramentas de Inteligência Artificial. “O SIJE trabalha no ciclo do juizado de ponta a ponta, tanto na entrada e petição inicial inteligente, quanto na saída, no apoio à decisão da sentença do juiz”, explicou.

De acordo com o magistrado, pelo aplicativo no *smartphone* ou no computador, o cidadão encontra um tutorial e formulário simplificado a ser preenchido. Ele pode escrever a petição de onde estiver, de um jeito simples, e dali em diante acompanha o processo pelo próprio sistema (petições, audiências, intimações), tudo *on-line*, basta seguir o passo a passo.

Solução visa a facilitar o acesso do cidadão aos juizados especiais, explicou Esdras Pinto, juiz de Direito do tribunal



COMO O SISTEMA FUNCIONA

O SIJE faz uso de ferramentas de IA que, a partir da análise do banco de petições iniciais de casos passados, verifica o nível de aderência do caso apresentado pelo cidadão a partir da extração de tópicos. A própria ferramenta aplica inteligência semântica para montar a petição inicial, que depois passa pela supervisão do servidor. Todavia, para que o sistema não fique congestionado, a tecnologia é aplicada em todo o ciclo, como na instrução do processo, comunicação dos atos processuais e elaboração de informações para a decisão do magistrado.

Por meio do sistema, o juiz determina a citação com designação automática da data de audiência. A intimação ocorre por meios eletrônicos, como o próprio SIJE, e-mail, WhatsApp ou contato telefônico. As partes poderão usar o próprio *smartphone* ou a *webcam* do computador para a audiência virtual de conciliação e de instrução, caso necessário.

Em seguida, a sentença passa por mais uma filtragem com uso de IA para análise no banco de sentenças e verificação da aderência dela com a petição inicial, estruturando uma proposta de sentença tal qual é feita pelos juízes leigos, explicou.

Segundo o juiz, tudo isso só é possível a partir de uma sinergia de esforços entre as iniciativas pública e privada. De acordo com ele, graças a isso, há uma Prova de Conceito (PoC) em andamento que trouxe resultados satisfatórios para a instituição.

COMO O CÓDIGO ABERTO PODE IMPULSIONAR A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL?

Só é possível falar em democratização das tecnologias quando conseguirmos ter o mundo *open*, disse Fábio Mucci, vice-presidente regional do setor público no Brasil da SUSE

O código aberto, ou *open source*, serve como aliado dos processos de transformação digital das instituições, tendo como vantagem o licenciamento livre, disse Fábio Mucci, vice-presidente regional do setor público no Brasil da SUSE, em apresentação (03/06, Palco Principal) sobre as vantagens do modelo de desenvolvimento.

Segundo ele, o momento da pandemia é de intensa complexidade, no contexto dos setores público, privado, pessoal e comportamental. Todavia, citou uma frase atribuída a Winston Churchill, ex-primeiro-ministro do Reino Unido: “De intensas complexidades, emergem simplicidades intensas”.

O que é código aberto?

Primeiramente, Mucci compartilhou a definição encontrada no Google: é um modelo de desenvolvimento criado em 1998 que promove o licenciamento livre dos produtos. Trata-se de um código colaborativo e de produção intelectual. “As empresas podem criar as soluções sem estar travadas ao proprietário do código”, explicou o palestrante, acrescentando que a SUSE empacota essas opções de *open source* para proporcionar segurança às organizações que queiram utilizá-las.

Para ele, só é possível hoje trazer de-



FREPIK

“AS EMPRESAS PODEM CRIAR SOLUÇÕES SEM ESTAR TRAVADAS AO PROPRIETÁRIO DO CÓDIGO”

democratização das tecnologias em uma situação em que se consegue ter o mundo *open*. Isso significa ser *open* para trabalhar, para ter a possibilidade de testar integrações, errar, validar, conversar com outras entidades e outros times por meio de códigos livres, sem travamentos limitantes.

IMPACTO NOS PRÓXIMOS ANOS

Mucci apresentou uma pesquisa mundial que a SUSE encomendou, realizada pela agência Insight Avenue, especialista em pesquisas de tecnologia de mercado, com aproximadamente 2 mil empresas, em maio de 2020, direcionando as perguntas para o contexto da transformação digital prevista para os próximos dois anos, incluindo a situação da pandemia.

Segundo o estudo, 88% dos líderes entrevistados veem os próximos dois anos como fundamentais para obterem algo tangível de resultado em cima dos investimentos feitos em tecnologia, sendo que 67% dos entrevistados se veem mais pressionados para entregar resultados tangíveis do que há um ano – muito em decorrência da Covid-19, observou o palestrante.

Quando questionados sobre de que forma esses investimentos fariam diferença em como os negócios operam, 65% disseram que a tecnologia irá simplificar a maneira como o negócio é executado; 52% que irá modernizá-lo; e 51% que irá acelerar as mudanças e os redirecionamentos das empresas. Nesse sentido, 75% disseram que a democratização da tecnologia é importante para a evolução dos modelos de negócio nos próximos anos.

FERRAMENTA AJUDA A CRIAR UM DASHBOARD E EXTRAIR CONCLUSÕES A PARTIR DE DADOS

André Piotto, engenheiro líder de Soluções da Tableau, falou sobre o poder do *Analytics* na visualização e análise de processos judiciais

Criar um *dashboard*, tomar decisões ou extrair conclusões a partir de dados é uma necessidade das instituições, que precisam de orientações para a tomada de decisões. Fazer isso pode ser mais fácil e intuitivo do que parece, disse André Piotto, engenheiro líder de Soluções da Tableau, em sua apresentação (03/06, Palco 2) sobre o poder do *Analytics* na visualização e análise dos processos judiciais.

O palestrante apresentou uma solução criada pela Tableau, que atua com inteligência analítica, ajudando as pessoas a entender e interpretar dados. De acordo com ele, a ferramenta proporciona a análise de dados de forma intuitiva, visual e rápida, “arrastando e soltando” as informações.

Piotto disse que, segundo pesquisa da revista *Harvard Business Review*, gastamos 80% do nosso tempo preparando e limpando dados, e 20% fazendo análises. A proposta, segundo ele, é inverter esse cenário por meio de ferramentas tecnológicas, ou seja, gastar 20% do tempo organizando os dados e 80% na análise, extraindo conclusões para a tomada de decisões.

Para explicar o que é “limpar os dados”, ele apresentou um exemplo de um trabalho que está sendo feito para a Prefeitura do Rio de Janeiro, envolvendo o Disk Denúncia. Segundo ele, o problema é que muitos cidadãos, ao fazer a denúncia, preenchem o formulário com erros de grafia. A cidade de São Gonçalo, por exemplo, pode ser encontrada es-



crita de 12 formas diferentes, entre elas com “s”, “ss”, “ç”, com ou sem acento, etc. Nesse sentido, a Tableau ajuda a padronizar essas informações em minutos, e não em horas ou semanas.

O palestrante apresentou, ainda, como funciona a solução Tableau Public, uma comunidade grátis de acesso a dados. Ele demonstrou como funciona o processo de pesquisa e obtenção de resultados a partir dessa ferramenta. Um dos exemplos criados por ele foi uma *dashboard* (painel) com estatísticas de processos no Rio de Janeiro em março, no período do início da quarentena em decorrência da Covid-19. Piotto demonstrou como é possível rapidamente encontrar os dados e obter gráficos e tabelas visuais com diversos recortes a partir deles.

NOVA TECNOLOGIA GARANTE ESTABILIDADE E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO AO TJMG

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) fez a implementação da tecnologia F5, de forma a garantir maior estabilidade de tráfego e segurança da informação à instituição. O *case* foi apresentado pelo gerente de TI do tribunal, Denilson Rodrigues (03/06, Palco 1).

Segundo ele, a instituição tinha um ambiente de consulta processual que, após a implantação do PJe, apresentou problemas. A equipe teve dificuldades em deixar a aplicação disponível e funcionando, com uma questão muito complicada de instabilidade. Dessa forma, a instituição, que utilizava o Servidor Apache, fez a troca para a tecnologia F5.

Feito isso, foi possível identificar onde estavam os problemas, a exemplo de ataques de robôs; e como saná-los, pois o Apache não era capaz de distinguir usuários legítimos de robôs, com isso, acessos automatizados derrubavam a aplicação constantemente. “A gente começou a separar o tráfego, identificar onde ele estava acontecendo e quem estava chegando, ou seja, se era tráfego de uma pessoa ou de um robô.”

Desse modo, o F5 trouxe facilidade e um ambiente mais seguro ao tribunal. “A detecção e prevenção dos robôs passaram a ser automatizadas. Trouxemos um novo elemento: a proteção das vulnerabilidades aos ataques que chegavam àquele ambiente.” Além disso, a tecnologia proporcionou ganho de performance significativo, e o ambiente começou a responder mais rápido, afirmou.

Rodrigues exemplificou que, em 2015, o ambiente da instituição sofreu um ataque que gerou um volume gigantesco de requisições na aplicação da consulta processual do PJe. Hoje, o F5 faz o bloqueio dessas requisições, consultas e tentativas de invasão.

Durante a pandemia, disse ele, o TJMG utilizou mais uma funcionalidade do F5, que foi disponibilizar o acesso remoto via VPN para a informática. “No dia 19 de março, nós saímos e, em 15 dias, colocamos nossos cerca de 300 colaboradores da Diretoria de Informática trabalhando de casa pela VPN. A configuração foi tranquila, tudo seguiu funcionando e atendendo às requisições internas do tribunal.”

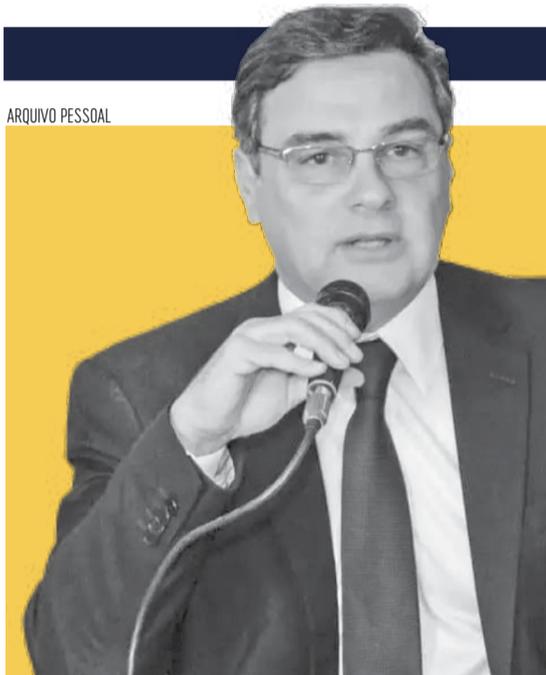
Bússola no mar revolto: a importância da ciência de dados na tomada de decisão

Procuradores e promotor de MPs dialogam sobre o importante suporte dos dados às instituições

Representantes de Ministérios Públicos discutiram o importante papel da ciência de dados hoje para nortear políticas públicas e a tomada de decisão das instituições. No painel “A importância da ciência de dados na tomada de decisão” (02/06, Palco 1), os profissionais presentes contaram *cases* e discutiram formas de usar os dados para analisar cenários e traçar planos de ação.

Participaram os procuradores-gerais Eduardo Gussem, do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ); Fernando da Silva Comin, do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC); e o promotor de Justiça do Ministério Público da Paraíba (MPPB), Octávio Paulo Neto. O moderador foi Ademir Piccoli, advogado e ativista de inovação.

“A ciência de dados será ainda mais relevante depois da pandemia?”, perguntou Piccoli, ao abrir os debates do painel. “A ciência de dados dá agilidade e rapidez sobre como se portar no mundo. Da mesma forma que uma ferramenta foi o alongamento das unhas do homem das cavernas, hoje a ciência de dados é o aumento da nossa inteligência. Ela aumenta nossa cognição para ver o mundo”, comparou o promotor Neto. Confira os destaques de cada painelistas:



Eduardo Gussem

[MPRJ]

O procurador destacou ações do MPRJ para a transformação digital que estão em curso na instituição. Ressaltou que a pandemia, embora tenha sido uma catástrofe dramática, apresentou um avanço imenso para o setor tecnológico. Estimou que o ganho tenha sido de seis anos em três meses.

“Muita gente diz que o mundo mudou. Para mim, o mundo já tinha mudado há muito tempo. São as pessoas que estão se adaptando a essa nova realidade, que é muito mais eficiente e barata, acessível a todos.” Observou que tabus estão sendo quebrados, como o de entregar um *notebook* para o servidor trabalhar da própria casa, o que antes gerava grande desconfiança.

Segundo Gussem, há alguns anos o MPRJ vem tomando ações rumo à transformação digital. Uma das primeiras delas, citada por ele, foi a construção da plataforma MP

em Mapas, um conjunto de ferramentas e plataformas de análise, diagnóstico e georreferenciamento focadas na construção e visualização de conhecimento instrumental para a atividade-fim do MP. Destacou também a criação do centro de pesquisas, que surgiu com o propósito de trabalhar os dados e entregá-los de forma customizada.

Citou também o laboratório de inovação implantado na instituição, que tem analisado cada fase dos processos e repensado como encurtar o trâmite processual, que geralmente é muito longo. “Trabalhamos com a linha de governo aberto, com transparência, integridade, participação popular, tecnologia e inovação”, afirmou.

Atualmente, o MPRJ está olhando para a nuvem. “Estou na iminência de licitar o termo de referência para a contratação de uma nuvem robusta”, afirmou. De acordo com ele, o MP começou a firmar parcerias com o estado e algumas prefeituras, com a ideia de, por meio do georreferenciamento, enxergar o estado inteiro, cada cidade, cada bairro e quarteirão, e aplicar os equipamentos públicos para que o cidadão tenha um panorama de todos os serviços públicos.

“Vejo um futuro muito próspero que vai modificar essa cultura jurídica, que é muito conservadora. Somos muito presos aos códigos, às regras”, disse. “O mundo moderno não é mais um mundo de competição, é um mundo de compartilhamento, e o MPRJ está aberto a compartilhar suas experiências e novas tecnologias em todos os segmentos.”

DIVULGAÇÃO/RODOLFO ESPÍNOLA/AGÊNCIA AL



Fernando Comin

[MPSC]

O procurador fez um recorte sobre a importância da ciência de dados na tomada de decisão no processo de controle da pandemia da Covid-19 em Santa Catarina.

“A tomada de decisão no processo de controle da pandemia tem um *trade off* [conflito de escolha] de difícil composição. Não temos fórmula ou equação pronta para conciliar dois valores constitucionais que estão em jogo: saúde e vida de um lado e economia do outro”, disse. Diante disso, perguntou: “Como ponderar [essas variáveis] de maneira adequada?”

Em Santa Catarina, os dados foram utilizados para auxiliar a encontrar a melhor resposta. Comin ressaltou a importância de o modelo de decisão ser baseado em parcerias, com múltiplos atores. Foi formado um grupo interinstitucional de inteligência de dados no estado, do qual o MPSC fez parte.

A escolha do melhor modelo foi concebida em uma lógica econômica, de custo-benefício, ou seja, as ações deveriam ser tomadas de acordo com a capacidade do sistema de saúde público e privado, e considerando um momento de escassez de insumos [leitos, EPIs, máscaras]. “É uma lógica presente em todos os países que se depararam com esse problema”, observou.

O trabalho permitiu a entrega de alguns produtos, tais como: painel de instituições de longa permanência de idosos; painel de monitoramento georreferenciado dos casos, com índice de vulnerabilidade social e ligações das regiões de saúde; painel do monitoramento da capacidade de atendimento do sistema de saúde, com taxa de ocupação; entre outros.

Segundo ele, a matriz de risco adotada para análise dos dados considera quatro parâmetros: gravidade da situação, urgência da ação, tendência de piora e abrangência territorial da contaminação. Tudo isso para classificar as macrorregiões de saúde no estado de acordo com quatro níveis de gravidade. Esse formato permitiu a regionalização da tomada de decisão e uma retomada com segurança das atividades econômicas em geral, afirmou.

ARQUIVO PESSOAL



Octávio Neto

[MPPB]

Code is law [ou código é pervasivo]. Ao citar essa frase, o promotor explicou que a datificação fez com que o código entrasse em todas as dinâmicas e em tudo a que nos referenciamos hoje em dia. Todavia, a partir do momento em que temos um mundo datificado, temos também um mundo deslocalizado e dessincronizado. A ciência de dados pode colaborar para que possamos sincronizar as soluções, afirmou.

Segundo Neto, os algoritmos fazem parte da estratégia e da execução dos negócios. As instituições que não perceberem que o processo de datificação mudou completamente a prestação dos serviços, ficarão para trás. Inequivocamente, salientou, todos os MPs e a Justiça devem perceber a necessidade de oferecer serviços a partir de plataformas.

Ele explicou que a ciência de dados dá suporte a esse movimento. Entrega instrumentos para que as instituições possam aferir e gerir todos os dados espalhados e entregar o que representam para o cidadão. “É como se estivéssemos no mar revolto e precisássemos de uma bússola. Ela não é o dado em si. Na verdade, o que se torna relevante não é mais o dado, e sim como faremos a curadoria do algoritmo.”

Como vamos construir a pergunta correta? Como a gente vai responder a uma crise?, questionou. Nesse aspecto, sugere que as tecnologias têm auxiliado os seres humanos a buscarem as melhores perguntas para orientar os algoritmos. “A ciência de dados não vai tirar o humano do negócio. Ela vai fazer com que haja superinteligência [...]. A pergunta é fruto dessa caixa de significados que é a mente humana, o pensamento racional aliado a um processo criativo e a um pensamento crítico.”

Falar em teletrabalho é repensar os modelos mentais da instituição, compartilhar experiências com foco em resultados, com trabalhos inteligentes e produtivos, refletiu o diretor de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), Mauro Saraiva Barros de Lima, em sua apresentação (02/06, Palco 1) sobre o tema.

Segundo ele, a pandemia chamou a atenção de todos para a necessidade de as organizações adotarem o teletrabalho como prioridade estratégica para o que tem sido chamado de “novo normal”. “É um caminho sem volta”, sugeriu. Acrescentando que aprendemos obrigatoriamente em três meses o que levaríamos dez anos de pesquisas.

Ele ressaltou que o teletrabalho convencional não é o que tem sido experimentado na pandemia, que preferiu chamar de “um teletrabalho contingencial, com regras bastante diferentes”. Órgãos e gestores que não tinham a experiência do trabalho remoto tiveram que aprender na “marra”, reconfigurar tecnologias e sistemas e gerenciar equipes de forma remota sem nunca terem tido feito isso.

Lima disse ter recebido relatos de sobreposição de atividades, pessoas divididas entre trabalho, afazeres domésticos, medos e ansiedades comuns enfrentados no momento de pandemia. As regras convencionais estabelecidas para o teletrabalho, por sua vez, englobam acompanhamento multidisciplinar, estruturação de programas, qualidade de vida e a saúde do trabalhador, salientou, além do acompanhamento de metas e produtividade.

“Quem estava organizado antes da pandemia saiu na frente”, afirmou. Disse que tribunais que já adotavam programas de trabalho remoto a convencional, alguns até antes da resolução 227/2016

O teletrabalho no Poder Judiciário:

ANTES E

DEPOIS

DA CRISE

Mauro Lima, diretor de Gestão de Pessoas do TJAM, apresentou cenários do trabalho remoto na pandemia e vantagens para sua adoção no “novo normal”

ARQUIVO PESSOAL



do CNJ, que regulamenta o teletrabalho no Poder Judiciário, puderam melhor orientar seus novos teletrabalhadores e gestores nesse novo desafio.

Pontos positivos e resistências

O teletrabalho pode ser solução para desafios peculiares do TJAM, que apresenta fatores complicadores para o atendimento ao jurisdicionado. O território tem 98% de área preservada e poucos municípios com acesso por meio terrestre. Com isso, o interior do estado é pouco atrativo aos servidores.

Lima afirmou ter realizado, em 2018, pesquisa para uma dissertação de mestrado que avaliou o teletrabalho em órgãos do Judiciário brasileiro. Foi percebido incremento em termos de produtividade, celeridade processual e acesso à Justiça, além da diminuição da necessidade de maior aporte de infraestrutura e de recursos financeiros.

Apesar dos pontos positivos, observou fatores que ainda motivam eventuais resistências ao teletrabalho, como: relações de poder presentes nas instituições, falta de apoio da alta direção, ausência de planejamento e de mecanismos de acompanhamento, e o preconceito.

“Dá para imaginar um futuro sem teletrabalho?”, questionou. Talvez não, pois cientistas falam em uma vacina para daqui a 12 meses e, mesmo com ela, é importante pensar em como lidar com eventuais problemas semelhantes e até mesmo em opções para apertos fiscais e redução de repasses.

“É preciso pensar no teletrabalho como uma ferramenta e um instrumento estratégico para a organização.” Para isso, é importante o apoio da alta administração, a realização de projetos pilotos, de *benchmarking* e capacitações constantes.

A importância do acesso remoto seguro com o aumento do *home office*

Rafael Gonçalves, estrategista de Soluções de Segurança da Informação na Disruptec, apontou desafios da nova era em relação ao acesso remoto

Junto com o aumento do *home office* e do acesso remoto devido à pandemia, é importante proporcionar segurança às redes das instituições, salientou Rafael Gonçalves, estrategista de Soluções de Segurança da Informação na empresa Disruptec, em sua apresentação (02/06, Palco 1). Usuários maliciosos aproveitam-se do momento para atacar outros usuários e empresas, então é preciso se proteger, disse.

Gonçalves destacou que, mesmo antes do crescimento acelerado em decorrência da Covid-19, a adoção do *home office* vinha aumentando gradativamente. Citou um estudo da consultoria imobiliária Cushman & Wakefield, que apontou que 74% das empresas no Brasil dizem que o *home office* é definitivo, pela tendência que vivemos hoje.

Diante dessa perspectiva, o palestrante listou perguntas que se apresentam como desafios da nova era, entre elas: Como descubro as contas privilegiadas da empresa? Como sei o que os fornecedores estão fazendo dentro da minha rede? Como integro controle de privilégios aos fluxos de trabalho de gerenciamento de mudanças? Como protejo as credenciais privilegiadas na minha rede? Como garanto conformidade em processos de auditoria? Como estabeleço acesso remoto seguro de acordo com fluxos de trabalho no *Service Desk*?

“São questões pertinentes porque a necessidade de acesso remoto vem crescendo a cada dia. Quanto mais tempo passa, mais usuários trabalham de casa e precisam ter acessos permitidos, seguros e auditáveis”, frisou.



Soluções de acesso remoto

O especialista observou que, no cenário atual, o usuário ou analista de suporte costuma fazer o acesso remoto por VPN. Todavia, citou alguns pontos negativos do modelo, como restrição a usuários, necessidades de treinamento e riscos de possíveis *malwares* (*softwares* mal-intencionados ou nocivos) acabarem infectando computadores da rede, além da impossibilidade de fazer uma auditoria completa.

Diante dessas questões, Gonçalves apresentou uma solução de acesso remoto segura, na qual o usuário faz conexão ao *appliance* da Disruptec, em um modelo disponível em nuvem. Segundo ele, a implementação é simples e tem interface intuitiva.

Uma vantagem desse modelo é que o computador do usuário não estará conectado na rede da instituição, o que mitiga riscos de *malwares*. Além disso, a solução possui uma trilha de auditoria completa, com vídeo e histórico de informações do que foi feito no acesso, tanto na parte de suporte como na do usuário final, entre outros benefícios.

COMO A VIDEOCONFERÊNCIA TRANSFORMA O DIA A DIA DOS ATOS PROCESSUAIS?



Embora a videoconferência não seja algo que tenha surgido recentemente, devido às necessidades de mudanças imediatas, seu uso se tornou essencial no dia a dia de muitas pessoas durante a pandemia, disse o gerente de Produtos da Unidade de Negócios de Colaboração da Vita IT, Daniel Yokota, em sua apresentação (02/06, Palco 2). O uso da tecnologia tem causado impactos positivos e significativos na produtividade dos tribunais, disse.

O especialista apresentou diversas divulgações que apontaram para ganhos no período, entre elas uma postagem do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) nas mídias sociais, informando aumento de 40% no rendimento. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) divulgou que os magistrados catarinenses registraram a maior média de produtividade do país durante a pandemia. Já o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) atingiu produtividade recorde na quarentena, segundo notícia apresentada por Yokota.

Ele ressaltou que sessões e grande parte dos julgamentos estavam sendo transmitidos pela internet, além da realização de audiências de conciliação e até casamentos sendo realizados via videoconferência.

Diante disso, questionou: “Como a videoconferência está transformando o dia a dia nos atos processuais?”. Entre as respostas, citou a agilidade e celeridade nos julgamentos; o aumento da produtividade; a redução dos custos de deslocamentos e riscos durante a locomoção; e a possibilidade de as gravações das audiências serem revistas em diversos aspectos.

Vantagens e desafios de migrar o trabalho para o ambiente virtual

Adriana Martins, profissional de TI na Unitech, trouxe pontos a serem observados no planejamento e na implementação de soluções de virtualização de *desktops* e aplicações

Durante a pandemia, muitas instituições tiveram que migrar as operações do ambiente físico para o virtual. Em sua fala (02/06, Palco 1), a profissional de tecnologia Adriana Martins apresentou vantagens, desafios e pontos a serem observados no planejamento e na implementação de soluções de virtualização de *desktops* e aplicações, tendo como base sua experiência na Unitech, empresa de soluções de infraestrutura e serviços em TI.

Ela revelou ter atuado tanto na iniciativa pública como privada, com os mais diversos tipos de usuários, chegando a projetos com o número expressivo de 11 mil usuários e 2 mil aplicações. Diante disso, buscou responder: “Quais são os desafios envolvidos e por que isso pode ser responsável ou não pelo sucesso da implementação do projeto?”.

Algo importante a ser feito, além da mudança de paradigma de um ambiente físico para o virtual, é desmistificar a ideia de que todo projeto é igual: “Não é. Cada um é único e está direcionado às características do órgão”.

Portanto, é de extrema importância fazer o mapeamento do ambiente para entender o que a instituição usa e quais são as suas necessidades. Importantes pontos a serem avaliados são: Quantas aplicações existem dentro da instituição? Quais são comuns, de “prateleira”, e quais são legadas (desenvolvidas especialmente para o órgão)? As aplicações legadas

têm suporte do fabricante? Como serão disponibilizadas para o usuário? Como fica a relação da segurança sobre a integridade dos dados da instituição?

Caso de uso

Em um projeto voltado para soluções de *desktops* e aplicações virtualizadas, o público-alvo é o usuário final, explicou Adriana, diferente do que acontece com servidores, *storages* e componentes de redes muitas vezes voltados a gestores.

Para isso, fazer o chamado “caso de uso” é fundamental, ou seja, mapear atividades e funcionalidades que o usuário ou grupos de usuários com as mesmas funções precisam para desempenhar suas atividades. Outras variáveis a serem consideradas são: perfil do usuário, necessidade de instalação de aplicações na máquina e necessidade de acesso externo, o que, caso seja feito, deve ter políticas próprias a serem adotadas.

Desafios relacionados à barreira cultural

Um dos principais desafios está relacionado à barreira cultural, disse a especialista. Há uma grande mudança de comportamento em relação ao espaço de trabalho, que deixa de ser físico (*desktop*, mesa, cadeira, etc) e passa a ser virtual (com acesso dentro da organização, de casa, a partir de uma viagem de negócios, a qualquer hora, em qualquer lugar e de qualquer dispositivo). “Essa liberdade implica um modelo de trabalho mais controlado e com mais restrições que o tradicional”, afirmou.

As vantagens, todavia, são inúmeras, disse Adriana, como computação e gerenciamento centralizados, acesso unificado a partir de uma única interface e único *login*, simplicidade e rapidez para manutenção. “Transformar a experiência do usuário dentro dessa nova abordagem de ambiente virtual vale muito a pena”, sugeriu.



TJAM usa ferramentas de videoconferência e mediação em audiências

“Conseguimos quase 70% de adesão das pessoas que foram instadas a participar”, disse Gildo Alves de Carvalho Filho, juiz de Direito do TJAM

Em tempos de pandemia, o acesso ao sistema da Justiça se tornou mais escasso e desigual. Nesse contexto, a videoconferência mostra-se como alternativa capaz de suavizar o abismo do acesso à Justiça e as vulnerabilidades que se intensificaram neste período, afirmou Gildo Alves de Carvalho Filho, juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM). Em sua apresentação (04/06, Palco 1), ele falou sobre a experiência do uso da tecnologia em mediações *on-line*.

Segundo o juiz, a experiência do TJAM com o uso da plataforma MOL (Mediações On-line) tem mostrado resultados extremamente exitosos, tanto no quesito de adesão ao sistema como de aceitação do modelo proposto. De acordo com ele, os resultados positivos decorreram da facilidade da operacionalização da parceria entre o tribunal e a MOL, por meio de um termo de adesão de uso gratuito da plataforma até o final de julho de 2020.

Apoio para uso da ferramenta

Para viabilizar o uso da ferramenta, o juiz explicou que servidores atuam no gerenciamento e na otimização das audiências. O TJAM também conta com conciliadores que, por intermédio de contato telefônico, fazem orientações prévias às pessoas, perguntando se têm dificuldades



Gildo Alves de Carvalho Filho

ARQUIVO PESSOAL

CONCILIADORES FAZEM ORIENTAÇÕES PRÉVIAS ÀS PESSOAS SOBRE DIFICULDADES DE ACESSO À PLATAFORMA

em entrar na plataforma, o que também ocorre durante as audiências.

O uso da plataforma rendeu significativos resultados, disse Carvalho Filho. “Conseguimos quase 70% de adesão das pessoas que foram instadas a participar voluntariamente das audiências de videoconferência, e atingimos mais de 70% de acordos. Isso nos deixa bastante entusiasmados.”

O juiz frisou que, responsável pela garantia do acesso à Justiça, o Poder Judiciário não poderia se omitir de seu compromisso, especialmente neste período de pandemia e de isolamento social. “Muitas pessoas necessitam de proteção aos seus direitos e passam a ter maior urgência na resolutividade, para que suas vidas possam ter relações mais seguras, tanto no âmbito familiar quanto nas questões negociais”, observou.

Ressaltou, ainda, dificuldades voltadas aos desafios da inserção digital, o que inclui a grande massa de pessoas que não tem a menor intimidade com a tecnologia, além da imensa sociedade de excluídos, que sequer possui equipamentos compatíveis.

Tecnologias simples e comuns trazem grandes contribuições à Justiça

José Andrade, juiz de Direito do TJMS, criou projeto para estudantes de Direito e advogados assistirem a audiências *on-line*

Tecnologias simples e comuns podem fazer com que a imagem do Poder Judiciário, tão desgastada, possa ser um pouco melhorada diante da população, observou José Andrade, juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS). Em sua apresentação (02/06, Palco 2), revelou os passos dados no TJMS nesse sentido, além de falar sobre o projeto que criou, que permite a estudantes de Direito e advogados assistirem *on-line* a audiências gravadas.

Juiz de Direito há 18 anos no TJMS, Andrade disse que há cerca de oito foi nomeado coordenador de Ensino a Distância e precisou pesquisar como dar treinamento remoto aos magistrados. Naquele momento, encontrou opções no mercado deixadas de lado no Judiciário. “Sempre passamos muito ao largo, estamos sempre correndo atrás de recursos tecnológicos que já estão sendo usados em outras áreas”, salientou.

Fruto dessas pesquisas, ele criou um projeto denominado Audiências *On-line*, que já tem mais de 300 mil inscritos, entre advogados e estudantes de Direito. Há cerca de quatro anos, passou a filmar as audiências que preside e a disponibilizá-las no portal. Com o passar do tempo, juizes de outras áreas foram convidados a participar.

“Acadêmicos entram e podem, mesmo antes de assistir à audiência que foi



José Andrade

ARQUIVO PESSOAL

gravada, ler as peças do processo e entender o caso. Depois, podem mandar perguntas e recebem um atestado, uma comprovação de que participaram da audiência.” O número de certificados emitidos já ultrapassa a marca de 1 milhão, revelou.

Passado um tempo, disse ter percebido que 30% dos usuários eram advogados formados, e não estudantes. Na avaliação do juiz, isso acontece porque o uso da tecnologia, possibilitando ver audiências *on-line*, passou a suprir a deficiência do tempo da formação de bacharel. “Quando o estudante ou o profissional está mais preparado, todo o Ecossistema de Justiça tende a ganhar com isso.”

O juiz citou ainda outras iniciativas

no TJMS com o uso de tecnologias. Disse que há mais de quatro anos são realizadas audiências por videoconferência. Informou, também, que o tribunal eliminou a carta precatória no estado. “Quando tenho que ouvir uma testemunha situada em outra comarca, mas dentro do próprio estado, mando uma carta de intimação e ela comparece ao fórum de onde mora, não precisa se deslocar, e eu mesmo faço a oitiva por videoconferência.”

Andrade disse ser consciente dos obstáculos que surgem em decorrência das mudanças e usos de tecnologias, mas o período atual é propício para pensar em soluções. “Neste primeiro momento, precisamos de pontes, não de barreiras.”

O que podemos aprender com a Estônia: o país mais digital do mundo

Modelo de governo eletrônico daquele país foi apresentado por Antonio Carlos Braga Junior, juiz substituto em segundo grau do TJSP

A experiência de governo eletrônico da Estônia foi apresentada na palestra (03/06, Palco Principal) de Antonio Carlos Braga Junior, juiz substituto em segundo grau do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Aquele pequeno país do leste europeu é conhecido como o mais digital do mundo, e seu exemplo pode ser útil ao Brasil, disse o juiz.

Com 1,3 milhão de habitantes e um território equivalente ao do estado do Rio de Janeiro, a Estônia precisou se reinventar após sua independência da União Soviética, em 1991, informou Braga Junior, acrescentando que eles têm menos tempo de independência do que nós de Constituição Federal.

Com a soberania e independência do território, a Estônia chegou à conclusão de que se destacaria integrando suas empresas ao comércio internacional, preparando-as para serem globais, com o foco sempre em melhorar a qualidade de vida do cidadão. Para isso, o país apostou na tecnologia.

Eles se propuseram a ser número um do mundo em desburocratização, empreendedorismo e liberdade de acesso à internet, disse o juiz. Hoje, o acesso à internet é um direito de todos no país, que tem wi-fi grátis em seu território inteiro e praticamente todos os serviços públicos digitais acessíveis no portal e-estonia. São 2,8 mil serviços



Antonio Carlos Braga Junior

ARQUIVO PESSOAL

públicos digitais.

Entre os principais conceitos que os guiaram nessa jornada de transformação, explicou Braga Junior, estão: construir uma sociedade digital; ter cidades inteligentes; fazer a eliminação total do uso de papel; manter o foco nas pessoas e buscar simplificar a vida delas; proporcionar tempo para que a população cuide do que é mais importante para si; e proteção ambiental.

COM O FOCO EM MELHORAR A VIDA DO CIDADÃO, PAÍS APOSTOU NA TECNOLOGIA PARA SE REINVENTAR APÓS INDEPENDÊNCIA

Identificação digital segura

Para tudo isso funcionar de maneira confiável, foi criada uma identificação digital segura do cidadão. O país possui três sistemas de identificação virtual: uma cédula de identidade; um *chip* de celular com certificado digital e um aplicativo para certificado *on-line*.

Braga Junior citou vantagens no atendimento de saúde, por exemplo, por meio do e-Health, no qual os pacientes possuem o prontuário atualizado. Também disse que a Estônia abriu as portas para estrangeiros que quisessem ter empresas no país e, segundo ele, o formulário é absolutamente simples. O objetivo é tornar toda a legislação compreensível pelo cidadão. “No Brasil, nem mesmo os juristas se entendem sobre a legislação”, ressaltou.

O juiz destacou, ainda, que a Estônia tem hoje mais de mil *startups*, sendo quatro delas consideradas “unicórnios” (que possuem mais de US\$ 1 bilhão em valor de mercado).

A Estônia é, portanto, um exemplo de governo eletrônico, salientou Braga Junior. Segundo ele, o Brasil ainda está no caminho, com serviços sendo digitalizados. “O governo eletrônico é a única saída para o serviço público alcançar eficiência. Pelo caminho tradicional, é absolutamente impossível dar conta de toda a demanda”, avaliou.

Os desafios da LGPD e seus impactos nas relações digitais

Desafios apontados por Gileno Barreto, diretor do Serpro, dizem respeito a custos, evolução, pesquisas científicas e liberdade de expressão, entre outros

A entrada em vigor de capítulos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi adiada, mas, segundo disse Gileno Barreto, diretor Jurídico, de Governança e Compliance do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados) em sua apresentação (03/06, Palco Principal), segue mantida a data prevista de 15 de agosto de 2020 para a entrada em vigor dos dispositivos legais. Em sua fala, ele apontou os desafios que envolvem a legislação.

Barreto focou sua fala no tema das relações digitais, que fazem parte da nossa vida em diversos âmbitos, como negócios, marketing, educação e redes sociais, afirmou.

“O Artigo Segundo da lei, que fala dos fundamentos da LGPD, aborda questões como respeito à privacidade, autodeterminação informativa, inviolabilidade da intimidade, liberdade de expressão, desenvolvimento econômico e tecnológico, inovação, livre iniciativa e livre concorrência, e fundamentos que dizem respeito às relações digitais no ambiente externo”, observou.

Diante disso, o primeiro desafio que ele apontou é se, com base na experiência da *General Data Protection Regulation* (GDPR) na Europa, a LGPD poderia fortalecer grandes *players* do mercado? Barreto afirmou que, na Europa, esse efeito aconteceu, por isso é importante que a reflexão seja feita por aqui também.

Um segundo desafio apontado pelo diretor é o que ele chamou de “outra face da mesma moeda”, ou seja, será que a LGPD poderia enfraquecer pequenas



Gileno Barreto

ARQUIVO PESSOAL

RELAÇÕES DIGITAIS FAZEM PARTE DA NOSSA VIDA EM DIVERSOS ÂMBITOS, COMO NEGÓCIOS, MARKETING, EDUCAÇÃO E REDES SOCIAIS

e médias empresas e dificultar empreendimentos de risco? “Temos um momento de inovação muito rápido e forte, é importante para o desenvolvimento do país que haja *venture capital*”, disse.

O terceiro desafio apontado por Barreto é o custo: “Quanto vai custar e está custando para a área de Compliance, para que as empresas sejam aderentes à LGPD?”. De acordo com ele, é um custo alto, que corrobora para as duas primeiras reflexões. “Nós no setor público temos que pensar nisso também, em como viabilizar a adesão das empresas pelo menor custo possível”, afirmou.

O quarto desafio elencado pelo diretor

do Serpro é se a LGPD pode influenciar a liberdade de expressão. “Num ambiente democrático como é o Brasil, a liberdade de expressão e de imprensa são fundamentais.” O quinto diz respeito a pesquisas científicas: “Qual interpretação teríamos que dar à LGPD para que ela não imponha qualquer obstáculo à pesquisa científica?”, questionou.

Como sexto desafio, apontou a evolução: “A IA e o *Machine Learning* são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento da atividade econômica, mas elas dependem de processamento de dados massivo. Será que podemos e teremos plena liberdade de criar *softwares* e ferramentas que usem *Machine Learning* ou IA no ambiente da LGPD?”, observou.

Já no aspecto das relações entre cidadãos e o Judiciário, Barreto avaliou que se terá que repensar o princípio da Justiça aberta e a proteção de dados. “Até qual limite os dados que envolvem segredo de negócio ou relações familiares poderão ser divulgados ou não?”, questionou.

Como o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação fomenta a capacidade tecnológica do país

Juliana Crepalde, mestre e doutoranda em Inovação pela UFMG, contextualizou a importância da nova legislação para o Brasil e para todo o Ecossistema de Justiça

O Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) pode ser utilizado como instrumento para fomentar a capacidade tecnológica do Brasil. Em sua apresentação (04/06, Palco 2), Juliana Crepalde, mestre e doutoranda em Inovação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), contextualizou a importância da nova lei para o Brasil e para o Ecossistema de Justiça.

O Marco é resultado das Leis 10.973/2004 e 13.243/2016, e do Decreto 9.283/2018. Seu principal objetivo, disse, é flexibilizar e reforçar práticas para criar um ambiente favorável que acomode o desenvolvimento no Brasil da ciência, da tecnologia e da inovação.

“Vivemos no contexto de uma avalanche de transformações tecnológicas”, observou Juliana, citando como exemplo a importância da tecnologia no momento de pandemia.

A especialista ressaltou que, quando falamos em inovação tecnológica, há um longo caminho a ser percorrido até que invenções sejam disponibilizadas à sociedade na forma de novos produtos, processos e serviços. É necessário uma cadeia complexa representada tanto por iniciativas do estado e da academia, como também do setor empresarial. Essa cadeia no país é o Sistema Nacional de Inovação.



Juliana Crepalde

ARQUIVO PESSOAL

Fomento à nossa capacidade de inovação

O Marco Legal pode ser considerado uma política pública de Estado para fomentar a capacidade do Brasil no que diz respeito à inovação, disse. Do ponto de vista da pesquisa, ele facilita e desburocratiza diversos trâmites que envolvem o trabalho do pesquisador.

Estabelece, também, diversas formas

de parceria entre os setores público e privado para que as inovações aconteçam, criando uma relação menos burocrática entre os setores. Esse movimento é importante no Brasil, segundo Juliana, porque a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no país ainda é muito concentrada na Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), como as universidades ou centros de pesquisa, e não nas empresas. É diferente, por exemplo, do que é observado nos Estados Unidos.

Encomendas Tecnológicas

Um dos diversos instrumentos do Marco Legal citado pela especialista em sua palestra são as Encomendas Tecnológicas, que dão ao Estado poder de, por exemplo, solicitar o desenvolvimento de uma tecnologia com dispensa de licitação. O Poder Judiciário poderia, portanto, nesse caso, solicitar das ICTs brasileiras que têm competências técnicas o desenvolvimento de projetos de Inteligência Artificial.

Para apoiar toda a materialização desses instrumentos, desde 2004, disse, criou-se a obrigação de as ICTs instituírem seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), escritórios de interface entre suas competências e as demandas que chegam para o desenvolvimento de tecnologia, disse, acrescentando que atua no NIT da UFMG.

E como o Poder Judiciário poderia usar desse arcabouço normativo para implementar suas atividades e se modernizar? “Uma forma de materializar isso poderia ser tanto por acordos de parceria como também por Encomenda Tecnológica”, disse.

Transformação digital em linha com a estratégia de negócio dos tribunais

Em painel, CIOs de tribunais trocaram experiências sobre a importância do engajamento da TI com os objetivos finais das instituições

No painel de CIOs “A importância do alinhamento da estratégia digital com a estratégia de negócio em um tribunal” (03/06, Palco 2), os participantes trocaram experiências envolvendo a área de TI no momento de pandemia, considerando o alinhamento estratégico com o negócio dos tribunais.

Participaram Natacha Oliveira, diretora da Secretaria de TI do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), e George Maciel, secretário de TIC do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). A moderadora foi Fernanda Montenegro, diretora de TI do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5).

A moderadora iniciou a conversa reforçando o quanto a transformação cultural foi impulsionada pela pandemia, acelerando em vários anos a transformação digital já em curso. Disse que o TRF5, embora seja um tribunal inovador, tendo criado há dez anos o PJe, ainda possui barreiras culturais. As sessões virtuais, disponíveis antes da pandemia, não tinham sido utilizadas, mas, com a Covid-19, rapidamente o foram.

Fernanda ressaltou que não cabe mais que a TI seja responsiva. Deve sempre buscar se engajar no negócio, definir soluções e ver oportunidades de transformação. Confira os destaques do que disseram os painelistas:



George Maciel

(TRE-PE)

O secretário de TI começou sua apresentação com uma metáfora de sala de aula. Formado em Engenharia, disse que o formato das salas de aula em sua graduação ainda era o tradicional, com o professor na frente e os alunos sentados, ouvindo. “É uma posição que, às vezes, a gente aprende pouco”, disse.

Quando migrou para o Design, disse ter sido impactado pelo fato de que as aulas aconteciam em formato circular, com o professor sentado ao lado dos alunos, perguntando a opinião deles a todo momento. “Essa sala em formato circular me levou a pensar bem mais”, disse, “pois todos interagiam e os alunos sabiam que poderiam ser questionados a qualquer momento”.

Trazendo esse aprendizado para o tema do painel, Maciel disse ser

comum, considerando as várias áreas do tribunal, cada um trabalhar “dentro do seu quadrado”. Salientou, porém, ser importante que todos saibam que o objetivo do TRE é um só. “No final [das contas], todo mundo trabalha para chegar ao dia da eleição [...]. A gente precisa sair da caixa da TI, para participar das reuniões, tomar iniciativas. No caso da roda que falei do Design, a gente precisa entrar dentro dela e entender qual é a necessidade do tribunal”, avaliou.

A expressão estratégia vem do militarismo, disse, e trata de como se entra na guerra para vencer com o que se tem. A estratégia de negócio, por sua vez, nada mais é do que definir metas e objetivos e como eles devem ser alcançados em determinado tempo.

Em relação ao momento de pandemia, o secretário de TI usou o linguajar das *startups* e disse que o tribunal “pivotou” (girou, deu uma guinada) em sua estratégia. Segundo Maciel, o TRE tem a obrigação de dar ao eleitor o direito de votar e, para isso, muitos precisam tirar o título, direito que foi suprimido durante a pandemia.

“O Tribunal Superior Eleitoral, junto com todos os outros tribunais, uniu-se numa atitude heroica. Acho que em duas semanas conseguimos pivotar toda a nossa estratégia, e só em Pernambuco atendemos 60 mil pessoas utilizando celular”, revelou.



Natacha Oliveira

[TRT4]

Na pandemia, ficou evidente que a área de TI do TRT4 estava bem alinhada com o negócio, disse a diretora. Segundo ela, neste momento de crise, o tribunal está colhendo os frutos de um trabalho desenvolvido ao longo dos anos, envolvendo a construção de uma rede de governança de TI e corporativa.

No dia 18 de março, quando a presidente do tribunal lhe perguntou se a instituição tinha como colocar as pessoas trabalhando de casa, a diretora disse que pôde responder que sim, que isso seria viável.

Natacha explicou que, em 2016, foi anunciado um corte orçamentário para acontecer em 2020 na Justiça do Trabalho. “Tivemos todo o apoio da administração para preparar a nossa TI para sobreviver em um momento de menos recursos, que é o que nós estamos passando agora.”

Por mais que o tribunal não estivesse preparado para uma pandemia, o alinhamento foi tão grande que isso não trouxe um impacto significativo para a operação. “Tivemos que fazer alguns ajustes nos recursos que atendiam às nossas redes internas para atender às externas, mas isso se resolveu em poucos dias.” Outro fator positivo, segundo Natacha, foi o fato de o TRT4 ter 100% dos processos eletrônicos no Ple. “Foi possível que tudo aquilo que não exigia presença física seguisse o seu rumo.”

No que diz respeito às audiências, barreiras culturais causadas pela transformação digital foram rapidamente superadas em meio à pandemia. Desde 25 de maio, as audiências de instrução, com testemunhas, começaram a ser retomadas virtualmente, com todas as dúvidas que uma novidade traz, afirmou. Entre elas: como ouvir uma testemunha por meio de videoconferência com segurança? “Estamos respondendo ao longo do caminho.”

Natacha salientou que a Justiça do Trabalho tem papel fundamental na pandemia, citando audiências de mediação por conta de discussões como disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), para que as pessoas possam trabalhar com segurança.

Como a tecnologia pode auxiliar no planejamento estratégico dos tribunais

Thema Informática apresentou solução alinhada com resolução do CNJ que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no Poder Judiciário

É crescente a demanda dos tribunais em buscar soluções para processos de gestão, incluindo serviços de *Business Intelligence* (BI), transparência e planejamento estratégico, afirmou em sua apresentação (03/06, Palco 2) Marcelo Bicca, diretor comercial da Thema Informática.

Desde 2009, com a publicação da Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre o planejamento e a gestão estratégica no Poder Judiciário, os tribunais têm cada vez mais discutido e trabalhado a necessidade de olhar para esse tema, salientou.

Segundo Bicca, logo no primeiro artigo a resolução define como atributos do Judiciário para a sociedade: a credibilidade, acessibilidade, celeridade, ética, imparcialidade, modernidade, probidade, responsabilidade social e ambiental, e transparência.

A Thema procurou conceber uma solução alinhada com a demanda que o CNJ colocou aos tribunais, chegando hoje ao patamar de dez deles sendo atendidos. Diz respeito a sistematizar o planejamento estratégico com objetivos, metas, execução financeira, planilhas, etc, fazendo acompanhamento do que foi planejado *versus* o que está sendo executado, explicou.

Tudo isso em busca de convergir ações para implementar estratégias predefinidas, de acordo com as necessidades de cada tribunal. Entre elas, fazer frente às necessidades de investimento e gestão de receitas financeiras, visando à melhoria de atendimento ao cidadão, dos índices de julgamento, sentenças e ações.

Outra questão importante está rela-

cionada à preocupação de integração total da solução para o planejamento estratégico com os demais produtos que os tribunais já utilizam.

Case do TJRJ

Durante a apresentação, o diretor comercial contou com a ajuda do gestor de negócios da Thema, Andre Tasca, que apresentou funcionalidades da solução implementada no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Segundo Tasca, a partir das diretrizes, missão, visão e valores do tribunal, todos os processos internos foram estudados para o desenvolvimento de uma ferramenta que atendesse aos requisitos do negócio. Os objetivos estratégicos, divididos em temas com índices e indicadores, foram sistematizados e colocados dentro do sistema. Com isso, a utilização ficou mais simples e efetiva. Além disso, relatórios de acompanhamentos são gerados automaticamente.

Bicca destacou como objetivos da solução: proporcionar melhoria na comunicação das ações estratégicas e operacionais; padronizar os processos de planejamento, acompanhamento das metas e planos de ação em todas as unidades e níveis hierárquicos; promover o acompanhamento sistemático e disciplinado dos resultados em médio e longo prazos; e fortalecer o conhecimento das diretrizes do planejamento estratégico. Por fim: disseminar o conhecimento e permitir que o planejamento estratégico seja feito de forma mais dinâmica, ágil, e que reflita os anseios de onde se quer chegar dia a dia, um ano, a partir da utilização da ferramenta.

As contribuições e os desafios da transformação digital no Direito

Especialistas discutiram o uso das novas tecnologias como impulsionadoras, e também abordaram complexidades de ferramentas como contratos inteligentes e *blockchain*

Especialistas debateram as contribuições e os desafios da transformação digital no Direito, no painel “Contratos inteligentes, propriedade intelectual e o Direito na era digital” (04/06, Palco 2). Os painelistas apresentaram as possibilidades do uso de novas tecnologias na área jurídica, as vantagens e os pontos de reflexão sobre seu uso.

Participaram os advogados Bruno Miragem, secretário extraordinário de Enfrentamento à Covid-19 em Porto Alegre; Gustavo Rocha Rodrigues Giraldele, membro da Comissão de Direito e Tecnologia da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul (OAB-RS); e Kíssila Ellayne Nunes dos Santos, policial civil em Minas Gerais, bacharel em Direito e especialista em patentes e criações industriais. O moderador foi Guilherme Zattar, promotor de Justiça e coordenador de Inovação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC). Confira os destaques:

ARQUIVO PESSOAL



Gustavo Giraldele

O advogado falou sobre a importância dos profissionais do Direito estarem abertos ao uso das novas tecnologias como aliadas ao exercício da profissão. Segundo ele, os advogados precisam abrir suas mentes para as coisas novas, para a disrupção. “Ser disruptivo, que é uma palavra que vem da tecnologia, significa única e exclusivamente quebrar paradigmas”, disse.

Com relação ao medo que muitos possuem de serem substituídos por máquinas e robôs, Giraldele ressaltou que os protagonistas continuarão sendo os seres humanos. A tecnologia é uma ferramenta, deve ser colocada ao nosso serviço e surge para trazer melhorias. “Ela precisa de um raciocínio e de alguém pensante. Isso é o ser humano que faz.”

Claro que, em tarefas repetitivas e automatizáveis, a tecnologia substitui

o humano. “Um advogado que pensa: como sou um advogado com A maiúsculo, esse não é substituído”, observou. Sugeriu, nesse sentido, que os advogados precisam entender o que fazem, o que entregam ao cliente e como a tecnologia pode ajudá-los. O papel do advogado, disse, é se comunicar com a sociedade e traduzir seus anseios perante o Judiciário.

“O Direito não é repetitivo porque a sua origem está no material humano, nas relações com as pessoas [...]. Ele é único e singular em cada caso, embora, em alguns casos, possamos dizer que ele pode ser julgado de massa.”

Em relação à adoção de tecnologias, disse ser importante que o profissional faça pesquisas e se prepare. Ressaltou que muitos escritórios de advocacia, em vez de um banco de dados, possuem um “bando de dados”, desorganizados e compilados de forma errada. Com isso, na hora de aplicar determinada tecnologia, não há eficácia no retorno da informação.

Acrescentou que muitos criam preconceitos, acreditando que a tecnologia é difícil, atrapalha, que não será útil, que precisa ser paga. Afirmou ser necessário desmistificar essas crenças, pois ele mesmo trabalha com tecnologia desde o final dos anos 1990 e segue aprendendo muito.

ARQUIVO PESSOAL



Bruno Miragem

O especialista falou sobre os contratos inteligentes ou *smart contracts*, seu impacto na teoria contratual contemporânea e de que maneira eles repercutem na Teoria dos Contratos.

Os aspectos elementares da Teoria dos Contratos, ou seja, de que o contrato se forma pela vontade das partes, são conhecidos pelos estudiosos do Direito, afirmou. Uma vez celebrado, na maior parte das vezes, o contrato é executado espontaneamente pelas partes. Por vezes, não o é, o que exige intervenção externa, seja da parte prejudicada perante o Poder Judiciário, seja perante um painel arbitral.

O que isso muda nos contratos inteligentes? Segundo Miragem, o *smart contract* é aquele que se diz automatizado tanto na formação quanto na execução, que é pré-programada. Surgiu em decorrência do crescimento exponencial do número de contratos celebrados na sociedade contemporânea, com as famosas condições gerais contratuais, padronizações de cláusulas em contratos, contratos-tipo, contratos de adesão, etc.

Os contratos inteligentes organizam a conduta, o comportamento do planejamento dos contratantes, ou pelo menos de um deles, e estabelecem as condições gerais, padronizando-as em milhares ou milhões de contratos diferentes, explicou. Contudo, também há padronização da própria execução.

Há consequências práticas disso na Teoria dos Contratos, observou. A parte que mais interessa do ponto de vista prático está na execução do contrato, pois se reduz enormemente a possibilidade de inadimplências.

Se porventura o contratante, depois de celebrado o contrato, não o quiser cumprir, essa possibilidade lhe é retirada ou extremamente reduzida. O sujeito não consegue não cumprir o que foi acordado porque a automatização, a pré-programação na execução contratual não permite que isso ocorra, com recursos como débitos automáticos de pagamentos, exemplificou.

Miragem deu também o exemplo de contratos de seguro. Hoje, é possível fazer o acompanhamento e monitoramento do risco permanentemente e diariamente, com instrumento como telemetria. Isso traz o próprio acompanhamento da execução, por parte do segurador, e uma impossibilidade de inexecução pelo segurado.

Outro ponto de reflexão é a possibilidade de reprogramação: como fazê-la em contratos inteligentes? Será que os instrumentos tradicionais que temos na legislação são suficientes? Diante disso, o advogado também refletiu sobre os limites de intervenção do próprio Poder Judiciário nesses contratos.

ARQUIVO PESSOAL



Kissila dos Santos

Segundo a especialista, é um desafio para o Direito acompanhar a velocidade das mudanças tecnológicas disruptivas que estão dominando a nossa geração. Em sua fala, ela destacou o *blockchain*.

Segundo ela, essa não é uma tecnologia nova, porém, tem sido adaptada, e o próprio Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) tem alguns pedidos de patentes com novas tecnologias que já a utilizam.

Mas o que é *blockchain*? Seu próprio nome é autoexplicativo: trata-se de uma cadeia de blocos, e dentro de cada um são realizadas diversas transações. O protocolo de confiança é uma característica do *blockchain*, que possui uma criptografia, uma chave privada destinada a cada usuário para modificar ou tratar de suas variáveis nas transações.

O *blockchain* pode ser usado em contratos inteligentes, normalmente negociados entre as partes com variáveis do mercado financeiro. O contrato inteligente é um código que existe na *blockchain* e, a partir do momento em que ele for criptografado, é inviolável. “Uma das características do contrato inteligente, para trazer mais segurança aos usuários, é a garantia da inviolabilidade do contrato.”

Kissila afirmou também que a tecnologia pode ser usada para negociação de dívidas, ativos de propriedade intelectual, registros de patente e direito autoral. Segundo a especialista, é uma tecnologia disruptiva e inovadora, sobre a qual ainda não temos respostas absolutas e, somente com o passar do tempo, é que vamos descobrir todo o seu potencial.



Há **30 anos** provendo
Soluções e **Serviços de**
Infraestrutura de TI
para o **Judiciário**

